



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

**VICTOR CASSAMA**

**ENTRE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E PRECONCEITO:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE O CRIOULO GUINEENSE**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

**VICTOR CASSAMA**

**ENTRE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E PRECONCEITO:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE O CRIOULO GUINEENSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

C336e

Cassama, Victor.

Entre variações linguísticas e preconceito : uma discussão sobre o crioulo guineense /  
Victor Cassama. - 2020.

65 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Língua crioula - Guiné-Bissau. 2. Língua guineense. 3. Preconceito linguístico - Guiné-  
Bissau. I. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 469.96657

**VICTOR CASSAMA**

**ENTRE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E PRECONCEITO:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE O CRIOULO GUINEENSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 10 de fevereiro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (Orientador)**

Doutor - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos**

Doutor - Universidade de São Paulo – USP

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof. Dr. Denilson Lima Santos**

Doutor - Universidade de Antioquia, Medellín-Colômbia

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico este trabalho ao meu eterno amor Maria seuqueira, sem ti eu não existiria, todos os meus feitos eu devo a ti, igualmente aos meus filhos Marinuelcia e Khally, amo muito vocês, ao meu falecido pai Califa Cassama, e a todos que sempre acreditaram em mim, e me apoiaram na realização desse sonho.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Maria Augusta Diniz Sequeira, "Má Maria", por me ter colocado no mundo e me dado todo amor e carinho durante sua breve e marcante passagem pela terra. Gostaria muito que pudesse estar presente e compartilhar esse momento com o seu Kodé. Lembro que, muitas das vezes, deixou de comer para que eu pudesse estudar, dormiu no chão do hospital vários dias quando fiquei doente, ensinou-me que as relações pessoais valem mais que qualquer bem material, ensinou-me a ser forte, porque sabia que um dia não estaria mais comigo. Foi mãe e pai para mim e para as minhas irmãs durante toda a sua vida. Se não fosse por ela, eu não estaria aqui. Ensinou-me a nunca desistir. Ela é a minha maior inspiração. Saudades eternas, Mãe!

Igualmente, agradeço a UNILAB pela oportunidade oferecida de sair do meu país e viver numa realidade totalmente diferente, oferecendo conhecimento e favorecendo a desconstrução de pensamentos preconceituosos e opressores. Esse processo é contínuo, assim como a aprendizagem. Meu muito obrigado a todos os professores e professoras que contribuíram para minha formação, não só no âmbito acadêmico, assim como na minha formação como homem, capaz de reconhecer as diferenças e respeitá-las. Obrigado pelas amizades que me ajudaram a construir, muitas delas serão para toda a vida. Um obrigado especial a todos que me apoiaram nos momentos difíceis e os que estiveram comigo nos momentos felizes. Agradeço imensamente o meu orientador Alexandre Silveira por não desistir de mim, por me motivar a escrever e me auxiliar bastante na realização desse trabalho. Muito obrigado, professor.

De igual modo, um agradecimento de forma especial aos meus familiares, principalmente aos que me ajudaram a chegar ao Brasil. Em especial à minha irmã Manuela, Mana Ivone, Tumbulo, Dona Camara, minha sobrinha Jacqueline, Mana Dó, ao Estel, o meu mano Tito e ao meu falecido pai, Califa Cassama. Tia Dada, João Raul, Érica, agradeço igualmente à toda comunidade unilabiana, aos professores, técnicos, funcionários terceirizados, à comunidade africana da Unilab, especialmente aos Guineenses.

Nha Muito Obrigado, Família.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado “Entre variações linguísticas e preconceito: uma discussão sobre o crioulo guineense”, aborda, ao longo de três capítulos, aspetos socioculturais e políticos da Guiné Bissau envolvendo as variações linguísticas do Crioulo Guineense e o conseqüente preconceito linguístico causado pelo prestígio dado a algumas dessas variações. Sabe-se que as línguas são dinâmicas assim como as sociedades que as usam. Por esse motivo, as línguas tendem a mudar de acordo com as necessidades comunicativas dos seus usuários, produzindo um fenômeno denominado “variações linguísticas”, algo que é natural em todas as línguas e que representa a identidade das pessoas que usam uma determinada variação de uma determinada língua. Por conseguinte, criam-se conceitos baseados em crenças opressoras de que, eventualmente, alguma forma de se falar uma língua é “errada”, “destorcida” ou “feia”. conceitos esses que são preconcebidos e não dispõem de nenhuma justificativa lógica ou científica. Esses conceitos são baseados em pensamentos excludentes, que são frutos do pensamento colonial que provocou – e ainda provoca – exclusão, desigualdades sociais, privilegiando alguns grupos de falantes em detrimento de outros. Àqueles com mais oportunidades de acessos às variações de prestígio ocupam um lugar de questionável “superioridade”, enquanto os demais grupos são mantidos à margem da sociedade dita “cultura”, ocupando lugares de desprestígio e sofrendo a realidade do “preconceito linguístico”. São, muitas vezes, privados de terem acesso aos serviços públicos, e frequentemente possuem dificuldades em compreender e acessar seus direitos, inclusive linguísticos. Esse trabalho buscou estudar como esses preconceitos operam e quais as suas conseqüências, buscando analisar aspectos condicionantes das formações linguísticas diferentes do crioulo Guineense, realizando um estudo bibliográfico para embasar os conceitos da variação linguística e o preconceito linguístico, bem como trazendo as vivências do pesquisador como cidadão Guineense para um entendimento mais amplo do problema enfocado nesta discussão.

**Palavras-chave:** Língua crioula - Guiné-Bissau. Língua guineense. Preconceito linguístico - Guiné-Bissau.

## ABSTRACT

This course conclusion monography, entitled “Between linguistic variations and prejudice: a discussion on Guinean Creole”, addresses, over three chapters, Guinea-Bissau's socio-cultural and political aspects involving the linguistic variations of Guinean Creole and the consequent prejudice caused by the prestige given to some of these variations. Languages are known to be dynamic as are the societies that use them. For this reason, languages tend to change according to the communicative needs of their users, producing a phenomenon called “linguistic variations”, something that is natural in all languages and that represents the identity of people who use a certain variation of a language. particular language. Consequently, concepts are created based on oppressive beliefs that, eventually, some way of speaking a language is "wrong", "distorted" or "ugly". concepts that are preconceived and have no logical or scientific justification. These concepts are based on exclusionary thoughts, which are the result of colonial thinking that caused - and still causes - exclusion, social inequalities, privileging some groups of speakers over others. Those with more opportunities to access variations in prestige occupy a place of questionable "superiority", while the other groups are kept out of the so-called "cultured" society, occupying places of disrepute and suffering the reality of "linguistic prejudice". They are often deprived of access to public services, and often have difficulties in understanding and accessing their rights, including linguistic rights. This work sought to study how these prejudices operate and what their consequences are, seeking to analyze conditioning aspects of linguistic formations different from Guinean Creole, conducting a bibliographic study to support the concepts of linguistic variation and linguistic prejudice, as well as bringing the researcher's experiences as Guinean citizen for a broader understanding of the problem addressed in this discussion.

**Keywords:** Creole language - Guinea-Bissau. Guinean language. Linguistic prejudice - Guinea-Bissau.

## RUSUMU

Es tarbadju de kabantada de curso ku tchoma “na metade di diferentes maneras de papia um língua ku manera ku djintes ta goza manera de papia de utros, no na discuti sobre kriol de Guiné Bissau” es tarbadju ku tene 3 capitulos, i papia de manera ku sociedade de Guine Bissau kumpudo pa diferentes povos, i ke ku kila tem a ver ku papia kriol de maneira diferente, kuta bim rusulta na pensamento di kuma utrus ta papia nam kriol mal, pabia de kuma é ka fasi parti de grupos de sociedade ku dado mas privilegio, i sibidu de kuma língua ta muda, pabia djintes kuta usal ta muda, pa kila i ta muda pa djuda kilis kuta usal pa é pudi papia ku n’utru, es mudança ta leba em conta lugar ku papiaduris de um língua ta vivi nel, se cultura, ku manera de pensa, kila kuta rusulta na kusa kuta tchomado, “variações linguísticas” ku sedu maneras de papia um língua de djito diferente, má manga de bias es manera de papia diferente ta pensado kuma i fiu, ou i ka drito, es pensamento i de djinte ku sta na lugar de poder, ou ku mas tene privilegio na sociedade, i é ta usa es kussa pa oprimi utrus, pabia pensamento de kuma alguim na papia errado, ou de kuma i tem só um maneira de papia um língua, kila i ka bardade, pabia nim ciência ka fala kila, kil pensamento i fruto de pensamento de djintes ku colonizano ba, pabia é ta pensa ba kuma no ta papia nam purtuguis mal ku pui kriol surgi, i suma elis ku sta ba na lugar de poder, é ta dissa pa fora kilis ku kata papia suma elis, aos um dia es memo pensamento sta na cabeça de manga de djintes, ku sta na lugar de poder, é ta dissa kilis ku ka sta na kil lugar pa fora, pabia de se maneira de papia, é kata rispita sé identidade, ku se pensamentos, i sociedade ta pui elis aparte, i es djintes manga de bias kata tene acesso a sirviçus ku governo ta da pa pupulasson, pabia sé diritus ku ke ku é dibidi fasi, ta explicado na maneira de língua ku élis é kata n’tindi, pa kila es tarbadju tenta studa kuma ku es maneira de pensa kuma utrus ta papia mal, ta formado na no sociedade, i kal ku pudi sedu si resultado, pa kila tarbadju tenta analisa, kusas k uta pui es pensamentos de kuma um maneira de papia kriol i certo utrus i erado, tambi pa ntindi ke k uta pui certo djintes papia de um maneira, i utros papia de utro maneira, mesmo kriol, pa kila no lei manga de librus, pa busca ntindi ke ku no na papia del, tambi no tissi kunhicimento de terra de alguim ku fasi es pesquisa, pabia i cidadon de Guiné i vivi la manga de tempo.

**Palabras-tchabi:** Diferentes culturas. Guine Bissau. Manera de papia um língua de forma diferente. Preconceito ku maneira de papia de utrus.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Quadro populacional por regiões guineenses	18
<b>Figura 2</b>	Distribuição geográfica dos grupos étnicos da Guiné-Bissau	19
<b>Figura 3</b>	Grupos étnicos guineenses e suas características	21
<b>Figura 4</b>	Quantitativo de falantes das línguas guineenses	32

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**PAIGC** – Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde

**UNILAB** – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I</b>	17
2.1	O CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU	17
2.2	ASPECTOS GEOGRÁFICOS	17
2.3	ASPECTOS HISTÓRICOS	21
2.4	O CENÁRIO LINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU	26
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II</b>	35
3.1	RELAÇÕES DE PODER(ES) ENTRE AS LÍNGUAS GUINEENSES	35
3.2	VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E O CRIOULO GUINEENSE	40
3.3	O PRECONCEITO LINGUÍSTICO	48
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III</b>	50
4.1	O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU	50
4.2	1º MITO: A MAIORIA DA POPULAÇÃO GUINEENSE FALA CRIOULO	51
4.3	2º MITO: O “MELHOR” CRIOULO - ONDE SE FALA O MELHOR CRIOULO? DJINTES DE TABANKA KA TA OBI KRIOL DRITO!	55
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	61
	<b>REFERÊNCIAS</b>	64

## 1 INTRODUÇÃO

Ao me deparar com as ideias sobre “variações linguísticas” e “preconceito linguístico”, nos primeiros semestres do curso de Letras, criou-se em mim uma espécie de curiosidade de entender o que são e como operam nas línguas, sobretudo no caso específico do contexto linguístico guineense. Para quem nunca antes tinha lidado com esses termos no campo linguístico, as discussões abordadas por especialistas em linguística, como foi o caso de Marcos Bagno (1997) em “A Língua de Eulalia: Novela sociolinguística”, foi de extrema importância para o entendimento principalmente do que são as variações linguísticas. Esta obra também despertou-me a curiosidade sobre os fatores que condicionam as variações em uma língua e, principalmente, sobre as reações que surgem em consequência das variações que, na maioria das vezes, são preconceituosas, nesta ordem de ideia.

Nesta obra, o autor procurou mostrar que as línguas são dinâmicas e, portanto, vão se comportar de formas específicas em seus contextos específicos. No entanto, as línguas atendem às necessidades dos seus falantes e não existe um único jeito de se falar a mesma coisa. As formas que se encontram fora de um padrão pré-estabelecido são, muitas vezes, consideradas “erradas” ou “feias”. Na verdade, há explicações lógicas para cada ocorrência e, nesse sentido, achar que uma pessoa que fala uma variedade “não culta” fala “erado”, evidencia as desigualdades sociais, a discriminação e o preconceito. Desigualdades que são demarcadas por desiguais acessos às oportunidades na sociedade em que essas pessoas discriminadas vivem. Conseqüentemente, o acesso às formas linguísticas de maior prestígio também não é oferecido a todos, de forma igual e democrática. Assim, um preconceito social praticado sob aqueles que vivem à margem da sociedade, configura-se também em um preconceito relativo à forma de expressão linguística e identitária desses indivíduos, ou seja, um “preconceito linguístico”.

No livro “Preconceito linguístico: o que é e como se faz?”, do mesmo autor Marcos Bagno, 1999, igualmente visto no primeiro ano do curso de Letras, aborda alguns preconceitos linguísticos que são frequentes no comportamento dos Brasileiros. Na obra, o autor aborda “a mitologia do preconceito linguístico”, nas quais ele traz concepções preconceituosas de Brasileiros sobre a língua portuguesa. De acordo com o autor, essas ideias pré-concebidas “não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica.” (BAGNO 1999, p.13). Portanto, afirmar que “Brasileiro não sabe português” / “Só em Portugal se fala bem português”, como visto no mito nº2 do livro, é uma “bobagem” que reflete um complexo de inferioridade que os brasileiros têm para com Portugal. Este fato é conseqüente do passado

colonial, pois sendo o Brasil uma ex-colônia portuguesa, alguns brasileiros acreditam no discurso colonizador de que Portugal seja, relativamente, um país mais “civilizado”. Discurso esse que fora propagado pelo governo português na era colonial. Entretanto, optamos por trabalhar com os dois mitos do livro *Preconceito linguístico: O que é e como se faz?* Do Marcos Bagno (1999), nomeadamente: Mito N° 1 “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” e o mito N°2 “Brasileiro não sabe Português/ só em Portugal se fala bem Português”. Adaptamos a realidade do crioulo guineense, os outros mitos restantes apresentados pelo Bagno não foram abordados, pois alguns não se enquadram ao contexto guineense.

No mito n°1, Bagno apresenta outro discurso sobre o português brasileiro que também favorece manifestações discursivas e comportamentais preconceituosas. Esse mito diz que “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”, o que expressa uma visão distorcida sobre o cenário linguístico brasileiro. O Brasil, com uma população de mais de 200 milhões de habitantes e que tem uma dimensão continental não pode apresentar um único jeito de se falar o português. Essa afirmação é uma inverdade, visto que o país conta com diversas variações da língua portuguesa, condicionadas por fatores geográficos, culturais e socioeconômicos. Portanto, não cabe dizer que os brasileiros falam da mesma forma o mesmo português. Além disso, existem muitos brasileiros que não tem acesso democrático à norma “cultura” imposta, através de um rigor gramatical ensinado nas escolas e valorizado pela sociedade. Consequentemente, esta norma é a mais prestigiada em detrimento de outras variações que, em geral, sofrem bastante preconceito por representarem as expressões linguísticas e indenitárias de pessoas que são socialmente desprivilegiadas e excluídas socialmente. Aqui entram as questões de desigualdade na distribuição de renda e de falta de acesso aos serviços públicos oferecidos pelo governo. Em síntese, de acordo com o Bagno (1999. p.16):

[...] a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

Esse trabalho de conclusão de curso busca entender o que são “variações linguísticas”, os tipos de variações existentes, bem como o que vem a ser o “preconceito linguístico” e suas formas de manifestação na sociedade. O trabalho discute como essas questões operam e como podem ser entendidas no contexto da Guiné-Bissau, em específico sobre o crioulo guineense. Tendo como base os ensinamentos de Marcos Bagno em diálogo com outros estudiosos do assunto, vamos abordar, ao longo de três capítulos, aspectos sociais, econômicos e culturais do País para entendermos como o crioulo varia no território guineense, as causas destas variações, e o consequente preconceito linguístico gerado através de segmentos sociais desinformados e ainda reprodutores do pensamento colonial e que, por isso, agem de forma opressora, desigual e intolerante.

No capítulo 1, abordaremos aspectos geopolíticos, no qual, apresentamos o País, suas fronteiras e suas divisões administrativas internas. Igualmente, apresentamos os mais de 20 povos que constituem o mosaico social e cultural da Guiné-Bissau, falando das zonas onde habitam suas principais fontes de economia, suas línguas étnicas, organizações sociais etc. Na seção a seguir, apresentamos aspectos sócio-históricos, a partir dos quais expomos o processo da colonização que o país sofreu durante cerca 500 anos por Portugal, as imposições da cultura europeia e, conseqüentemente, da língua, sempre de forma violenta. Tratamos também do eminente surgimento de uma língua que é fruto do contato das línguas étnicas guineenses com o Português, o crioulo guineense, e abordamos o processo da luta de libertação nacional na qual esta língua contribuiu bastante para unificar os diferentes grupos étnicos que possuíam suas respectivas línguas. Por fim, este capítulo discute o período pós-independência, que resultou em conflitos entre os próprios Guineenses, durante 11 anos, para se verem independentes do jugo colonial. O clima de insegurança e de sucessivos golpes de estado, derrubadas e estabelecimentos de regimes políticos, relações conflitantes conseqüentes do passado colonial violento que o país teve, refletiram bastante na formação da República da Guiné-Bissau, provocando uma ruptura entre os Guineenses e uma interrupção no processo natural de formação da nação. Na última seção do capítulo 1, apresentamos o cenário linguístico Guineense, com suas mais diversas línguas étnicas, a imposição do português como a língua oficial do país e o Crioulo como a língua que é mais falada no território guineense, seu processo de formação e suas variações de acordo com o lugar e os grupos sociais que as usam. Segundo Scantamburlo (2013, p.3):

[...] A Guiné Bissau é um país com trinta grupos étnicos que falam línguas das duas subfamílias Oeste Atlântica e Mandé pertencentes à família Niger-Congo. O contacto de cinco séculos com os comerciantes portugueses, especialmente os “lançados”, que

viviam em pequenos interpostos comerciais, formando grupos familiares com mulheres indígenas, deu origem a uma nova língua, que, segundo a definição do sociólogo Gérald Gaillard é “um Português reestruturado pelas línguas africanas ao longo de cinco séculos.

Ao nos dedicarmos em apresentar esses aspetos sociais da Guiné Bissau, demonstramos um claro propósito de situar e contextualizar as situações próprias do país e os acontecimentos que vão marcar o comportamento linguístico dos guineenses, depois da colonização até os momentos atuais.

No segundo capítulo, abordamos as relações de poderes existentes entre as línguas faladas no território guineense, que inclui uma superioridade atribuída à língua portuguesa no passado colonial e que, ainda hoje, é exercida sobre o crioulo guineense e as demais línguas étnicas. Discutimos também as relações entre o crioulo e as línguas nativas guineenses, evidenciando as claras relações sociais, de privilégio e de desprivilegio observadas na sociedade guineense, fato que resulta na forma como as manifestações linguísticas dos grupos específicos são abordadas. Igualmente, nesse capítulo, abordamos o conceito de “variação linguística” e “preconceito linguístico” com o objetivo de enquadrar esses conceitos ao contexto guineense e demonstrar como o crioulo varia de acordo com os lugares e os grupos que usam essa língua, o reflexo das desigualdades sociais no momento de atribuição de juízo de valor sobre determinadas formas de se falar o crioulo.

E, por último, no capítulo 3, abordamos a problemática do preconceito linguístico, trazendo os principais mitos apresentados por Bagno (1999) e o enquadramento dessas questões no contexto específico da Guiné-Bissau. O objetivo deste capítulo consiste em mostrar como se manifestam as diversas formas de preconceito linguístico, os motivadores dessas práticas e suas consequências. Adaptamos as “Mitologias do preconceito linguístico” apresentados por Bagno ao cenário linguístico guineense, discutindo a formação dos discursos sobre língua e as manifestações de um pensamento social ainda colonizado, em relação ao cenário linguístico guineense e seus falantes.

Optamos por utilizar, metodologicamente, informações colhidas pelo pesquisador ao longo dos anos e das vivências como cidadão guineense, antes e depois de vir estudar no Brasil, assim como a utilização de materiais bibliográficos para a fundamentação dos conceitos abordados, e dos dados apresentados.

## **2 CAPÍTULO I**

### **2.1 O CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU**

Neste capítulo trataremos de trazer um panorama do contexto de pesquisa analisado neste trabalho, ou seja, o que hoje se conhece como Guiné-Bissau. Entendemos ser importante apresentar as questões geográficas, tanto do aspecto físico, mas também humano, relativos ao território e seus povos, a situação sócio-econômica e demais informações que estão envolvidas na realidade cultural dessas pessoas. Igualmente importante apresentar os aspectos históricos pelos quais o país passou, desde o seu passado colonial até a consolidação do Estado guineense, observando como os discursos ideológicos são construídos, no que diz respeito à questão linguística aqui estudada. O capítulo converge para o cenário linguístico nacional, as políticas de língua oficiais e as dinâmicas linguísticas do cotidiano, buscando finalizar a contextualização que entendemos necessária para as análises apresentadas nos capítulos seguintes.

### **2.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS**

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, faz fronteira ao norte com a República do Senegal; a leste e ao sul com a República da Guiné Conacri, e o Oceano Atlântico, a oeste. A sua superfície total é de 36.125km<sup>2</sup>, contando com um número de população de, aproximadamente, 1.500.000 habitantes. O país, no entanto, conta com oito regiões administrativas e um sector autónomo onde se situa a capital do país, Bissau, cujas populações estão representadas no quadro a seguir por Scantamburlo (2013).

**Figura 1** - Quadro populacional por regiões guineenses

N	NOME DA REGIÃO	CAPITAL	1979	1991	2009
1	S.A.B.	Bissau	112.140	195.214	387.909
2	Região de Oio	Farim	137.227	155.312	224.644
3	Região de Gabú	Gabú	105.911	136.101	215.530
4	Região de Bafatá	Bafatá	119.234	145.262	210.007
5	Região de Cacheu	Cacheu	133.277	146.570	192.508
6	Região de Biombo	Quinhamel	57.973	59.827	97.120
7	Região de Tombali	Catió	59.009	71.065	94.939
8	Região de Quínara	Fulacunda	37.759	42.960	63.610
9	Região de Bolama-Bijagós	Bolama	26.594	26.891	34.563

Fonte: Scantamburlo (2013, p. 9).

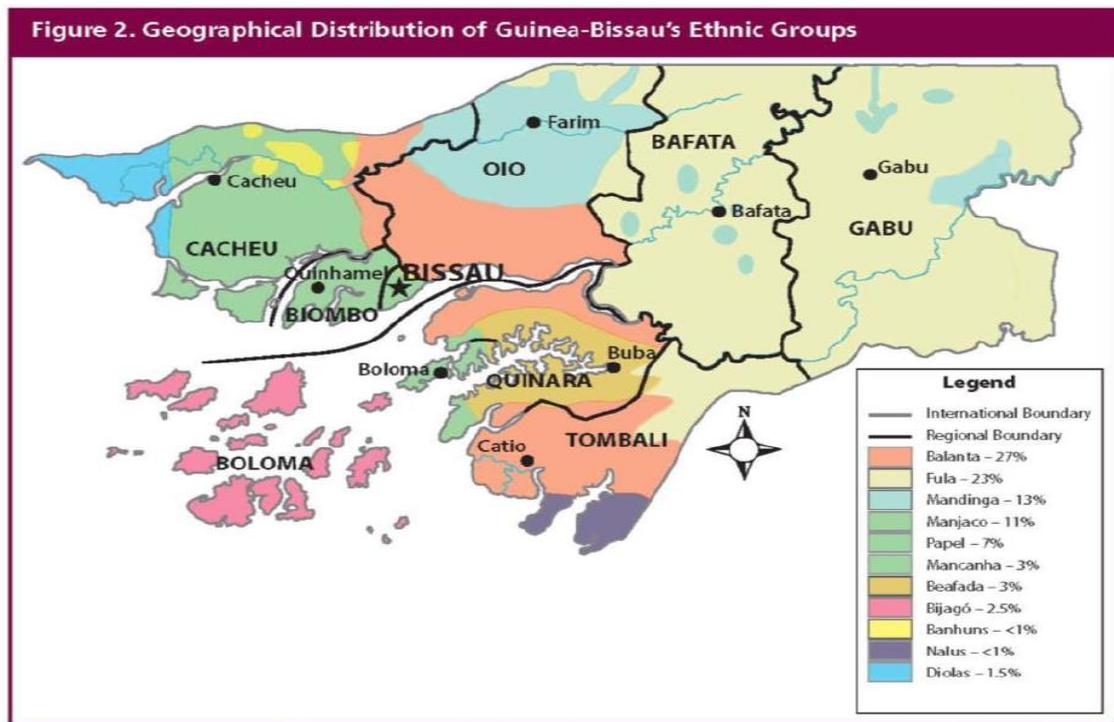
As regiões Bafatá e Gabu estão situadas na zona leste do País e são regiões majoritariamente ocupadas por Fulas. No norte, estão as regiões Cacheu, Oio e Biombo, sendo Cacheu majoritariamente ocupado por Manjacos, seguidos de Manchas. Os Mandingas, que se estabeleceram na região de Oio, consistem no maior grupo étnico do norte e os Papeis concentram-se na região de Biombo. Vale ressaltar que na área norte, nomeadamente nessas três regiões, existem outros grupos com número de povos relativamente menores, como é o caso dos Felupes, os Banhuns, os Diolas, alguns Fulas etc. No sul, situam-se as regiões de Tombali, Quinara e Bolama Bijagós. A região de Tombali é constituída na sua maior parte por Balantas, seguido de Fulas e Nalus. Na região de Quinara habitam os Beafadas, os Mancanhas, os Manjacos, e alguns Bijagós. Bolama Bijagós é um arquipélago onde habitam os Bijagós, um grande número de Mancanhas e Manjacos, principalmente na capital da região (Bolama). No sector autónomo, tem a capital do país (Bissau), com uma grande concentração de povos provenientes dos mais diferentes pontos do país, em busca de melhores condições de vida e mais oportunidades de emprego. Também conta com mais instituições de ensinos de nível médio e superior. Vale ressaltar que existem regiões na Guiné Bissau que contam com *Tabancas*<sup>1</sup> que só têm os primeiros anos de ensino primário, alguns nem frequentaram uma Escola, nem tiveram acesso a postos de saúde.

Por esse motivo muitos migraram – e ainda migram – para Bissau, todavia, seria complicado determinar qual é o grupo predominante na capital do país. Scantamburlo (2013) apresentou um mapa que situa as regiões da Guiné Bissau e seus respectivos grupos étnicos. Neste mapa que, de acordo com o autor, foi editado por Regan e Thompson (2013), são

<sup>1</sup> Pequenas aldeias no interior do País (sertões).

apresentados os vários grupos étnicos da Guiné-Bissau, sendo possível observar como as regiões estão administrativamente separadas, suas fronteiras e os respectivos povos que ocupam seus territórios. Destaca-se que os povos do norte do país, designadamente Manjacos e Mancanhas, possuem muita semelhança cultural, principalmente na questão das línguas, as quais apresentam alguns elementos parecidos.

**Figura 2** - Distribuição geográfica dos grupos étnicos da Guiné-Bissau



Fonte: Regan e Thompson (2013, p. 22 apud SCANTAMBURLO, 2013, p. 21).

Apenas os maiores grupos foram representados no mapa, havendo ainda outros grupos relativamente menores, que o autor chama de “sub grupos”. Os cerca de 30 grupos e sub grupos autóctones têm suas culturas, organizações sociais, modo de subsistência e línguas diferentes. Dentre esses grupos, os Fula, Mandinga, Beafada, Diolas, Balantas, Mané são, na sua maioria, pertencentes à religião islâmica. Outros grupos, considerados *Kristons*<sup>2</sup>, se converteram bastante para o islamismo. Esses grupos, em geral, têm como base de economia e subsistência a agricultura. Os Fulas, no entanto, também se destacam pela realização do comércio, desde os

<sup>2</sup> Na Guiné, são consideradas *Kristons* as pessoas que não pertencem aos grupos islâmicos. Os outros grupos restantes, mesmo não sendo cristãos são denominados assim ou bebedores (os que consomem bebidas alcoólicas).

pequenos comerciantes, os *Djilas*,<sup>3</sup> até os grandes comerciantes, proprietários de grandes centros comerciais e grandes negócios. Os Bijagós são conhecidos pelo domínio da pesca – fato que deve ser consequência de habitarem a zona insular do país – além de serem grandes agricultores. É um grupo que cultua bastante seus ancestrais nas suas manifestações culturais com oferendas e cerimônias algumas bastante parecidas com os cultos do Candomblé do Brasil.

Os Balantas, os Manchanas, os Manjacos, os Papeis, os Bijagós, chamados por Bicari (1990, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p.19) de “Paleo Sudaneses do litoral”, são, de acordo com o autor, os povos mais antigos da Guiné-Bissau e possuem a agricultura como principal fonte de economia e de subsistência e praticam, igualmente, atividades como comércio, pesca, artesanato entre outras.

Há, na Guiné-Bissau grupos vindos ou nascidos da colonização, por conta da ligação existente no passado com os cabo-verdianos, constituindo os mestiços e mulatos. Os portugueses e seus descendentes frutos da colonização portuguesa geralmente ocupam os centros urbanos e são, na sua maioria, cristãos. Herdeiros de patrimônios deixados pelos portugueses, economicamente bem estabelecidos, na sua maioria, eles ocupam os lugares de privilégio na sociedade guineense, algo que foi gerado pela efetiva ocupação colonial no território. Importa salientar que o cristianismo foi levado para a Guiné Bissau pelos portugueses, tendo sido propagado para quase todo o território onde os portugueses dominaram. No entanto, mesmo assim, houve uma grande resistência às religiões europeias por parte de alguns povos da Guiné que continuam cultuando seus *Irãs*<sup>4</sup>, seus uses e costumes. Esses povos continuaram seguindo suas respectivas tradições, apesar da violência colonial, fato que se verifica até a data presente. Há, atualmente, muitas religiões de cunho cristão no país, entretanto é possível ver pessoas que são cristãs e, ao mesmo tempo, cultuam os orixás do seu grupo étnico.

Abaixo, na figura 3, Bicari (1990, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p.19) apresenta um quadro com a ordem de chegada dos grupos e subgrupos étnicos constituintes da heterogênea sociedade Guineense, suas religiões, estrutura social e tradição.

---

<sup>3</sup> Comerciantes ambulantes que percorrem grandes distâncias vendendo seus produtos, a maioria deles em bicicletas. Essas pessoas, às vezes, percorrem centenas de quilômetros nos seus bicislos, das zonas urbanas até as últimas *tabancas* da Guiné, vendendo e trocando seus produtos

<sup>4</sup> Os irãs são basicamente correspondentes aos orixás do Candomblé

**Figura 3 - Grupos étnicos guineenses e suas características**

GRUPOS E SUBGRUPOS ÉTNICOS DA GUINÉ-BISSAU				
DIVISÃO ÉTNICA: antiguidade e local	GRUPOS E SUBGRUPOS	TRADIÇÃO (sedentária ou nómada)	RTA: (Religião Tradicional Africana)	ESTRUTURA
PALEO-SUDANESES do LITORAL (Os mais antigos habitantes da Guiné-Bissau)	- Balantas “de dentro”: Nhacra - Balantas “de fora” - Balantas Bravos (Cuntohe) - Balantas Nagas - Balantas Mansoancas (Grandes e Pequenos) - Balantas Mané	Todos são “Sedentarizados”	- RTA - RTA - RTA - RTA - Islão	Todos sem Estado
	- Mancanhas (Brames) - Papeis (Bissau) - Manjacos	Todos são “Sedentarizados”	- RTA - RTA - RTA	Todos sem Estado
	- Beafadas - Bijagós - Nalus	Todos são “Sedentarizados”	- Islão - RTA - RTA-Islão	Todos sem Estado
	- Felupes (Djolas) - Baiotes (Djolas) - Banhuns (Djolas) - Cobianas (Djolas) - Cassangas (Djolas)	Todos são “Sedentarizados”	- RTA - RTA - RTA - RTA - Islão	Todos sem Estado
	- Landumas - Cocolis - Bagas	Todos são “Sedentarizados”	- RTA-Islão - Islão - RTA-Islão	Todos sem Estado
PALEO-SUDANESES do INTERIOR	- Padjadincas - Tandans - Oincas	Todos são “Sedentarizados”	- Islão - Islão - Islão-RTA	Todos sem Estado
PALEO-SUDANESES (Grupo MANDINGA)	- Mandingas - Saracolés - Sossos - Jacancas - Bambarás - Jaloncas - Soninkés	Todos são “Sedentarizados”	- Islão - Islão - Islão - Islão - Islão-RTA - Islão	Todos com Estrutura Vertical (Estado)
NEO-SUDANESES (Grupo FULA)	- Torancas (Fulas Toros) - Fuladjaloncas - Tuculores - Fulas Forros (Fulacundas) - Fulas Pretos	- Nómadas - Nómadas - Sedentários - Nómadas - Sedentários	- Islão - Islão - Islão - Islão - Islão	Estrutura Vertical e Camadas Sociais (Estado)
GRUPOS VINDOS OU NASCIDOS com a Colonização	- Cabo-verdianos - Mestiços e Mulatos - “Kristons”  - Libaneses - Sirianos - Mauros - Portugueses	Todos são “Sedentarizados”	- Cristãos - Cristãos - RTA e Cristãos - Cristãos - Islão - Islão - Cristãos	

Fonte: Bicari (1990, apud SCANTAMBURLO, 2013, p. 19).

### 2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS

A Guiné-Bissau, como já visto, conta com uma grande diversidade de povos. No território convivem mais de 20 grupos étnicos diferentes, vindos de distintos pontos do continente, como afirma Scantamburlo (2013), com base em Bicari (1990),

O autor tenta dar algumas respostas sobre a origem destes povos, afirmando que alguns vieram do antigo Egito, obrigados por motivos vários a buscar um território onde instalar-se sem terem de submeter-se a outros povos. Chegaram assim à Costa do Atlântico, onde encontraram um território que lhes permitiu a sobrevivência e a conservação da própria língua e cultura. (SCANTAMBURLO, 2013, p.10)

Estabelecidos num novo território, certamente encontrariam novos desafios, sendo que os diferentes povos tinham ideologias e culturas diferentes, fatores que facilmente provocam conflitos e disputas entre si, além de possíveis interferências externas. Scantamburlo (2013,

p.11) relata que “Durante esta caminhada, que durou milénios, estes povos foram sujeitos a numerosas guerras, secas, fome, ‘empurrões’ e dominações de outros povos mais fortes, como, por exemplo, aconteceu no século XIII, com o Império do Mali.” Uma das mais notórias contendas internas foi o conflito entre os Fulas e os Mandingas que determinou, segundo Scantamburlo (2013, p.12):

[...] a destruição da potência mandinga no Gabú na famosa batalha em Kansala, entre os anos 1864 e 1867 (a data é incerta, conforme uma informação pessoal do historiador George Brooks), iniciou-se uma forte imigração Fula no território da Guiné-Bissau, obrigando as populações que habitavam essas regiões a deslocar-se ainda mais para o litoral pantanoso.

Sendo um território não muito extenso, não era difícil que houvesse disputas por territórios ou até mesmo uma imposição cultural de um grupo sobre outro. Por esse motivo Bicari (1990, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p.10) interroga:

Porque é que num pequeno território de 36.000 km<sup>2</sup> vieram a encontrar-se cerca de 30 povos que, embora possuindo elementos culturais fundamentalmente comuns, cada um identifica-se claramente por língua, sistema de produção, estrutura e relações familiares e sociais próprias? De onde vieram esses povos? Porque chegaram, e estabeleceram-se num território relativamente pequeno e outrora inviável como o da Guiné-Bissau?

Ora, nem sempre a convivência entre esses povos foi harmoniosa, como já dito. Há relatos de conflitos no passado entre, por exemplo, Fulas e Mandingas como relatado por Scantamburlo (2013). Entretanto, esses diferentes povos se uniram quando houve a necessidade de juntos combaterem a dominação estrangeira dos colonizadores portugueses. Essa dominação começou nos meados do século XV, de acordo com Mendy (1993, *apud* MENDES, 2019, p.41), provavelmente em 1446, quando Portugal declarou a sua missão de levar a “civilização” e a “salvação” aos “primitivos” e “gentios”. Naquela altura específica, os mais de 20 povos se uniram tendo em vista um único objetivo que era a luta para a defesa dos seus territórios, como relatado por Scantamburlo (2013, p.14):

Desta maneira entre os vários povos da Guiné-Bissau, os das aldeias analfabetos e pertencentes a vários grupos, às vezes portadoras de prejuízos causados por circunstâncias históricas, como, por exemplo, o comércio de escravos ou as invasões sofridas, e os da cidade que aceitaram os ideais da luta de libertação, desenvolve-se a consciência e a determinação de harmonizar as várias identidades culturais dentro de um quadro nacional.

Estes povos decidiram se unir para poderem libertar seu território, vinham de lugares diferentes, tinham línguas diferentes, hábitos e costumes distintos. Contudo, isso nunca foi um entrave para que pudessem se comunicar e unirem-se à ideologia libertadora, propagada por Amílcar Cabral e os seus parceiros. Durante todo o processo da luta para a libertação colonial, cada um dos povos constituintes do mosaico social guineense contribuiu de forma significativa para que a Guiné Bissau pudesse se libertar do jugo colonial. Cabral afirmava que a luta pela independência era um “ato de cultura”.

É que, enquanto existir uma parte desse povo que possa ter uma vida cultural, o domínio estrangeiro não poderá estar seguro da sua perpetuação. Num determinado momento que depende de factores internos e externos que determinam a evolução da sociedade em questão, a resistência cultural (indestrutível) poderá assumir formas novas (política, económicas, armadas), para contestar com vigor o domínio estrangeiro. (CABRAL, 1976 *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p.13)

Felizmente, quando a guerra para a libertação nacional, que durara cerca de 11 anos, chegou ao fim, a ideologia libertadora à defesa do território e da integridade das diversas culturas presentes na Guiné, havia conseguido unir os cerca de 30 povos num único propósito. Cada tática de combate, cada forma de abordagem, cada *Cantiga*<sup>5</sup>, cada curandeiro, cada Língua, cada *Homi Garandi*<sup>6</sup> e cada cultura da Guiné foram usados com os seus conhecimentos e suas habilidades, para fortalecer a luta de libertação nacional.

As várias categorias de pessoas com culturas diferentes, às vezes com complexos que os tinham limitado nas relações com outras categorias sociais, como, por exemplo, os camponeses analfabetos nas relações com os habitantes alfabetizados da cidade, nos trabalhos do dia-a-dia feitos em comum, como exigiam a estratégia e as táticas da luta de libertação, descobriram os valores dos outros, enriquecendo assim a sua própria cultura e superando complexos de inferioridade ou de superioridade. Foi esta uma das condições que ajudou a formar uma comunidade a nível nacional, um conjunto de grupos étnicos diferentes, cada um consciente dos próprios valores culturais e descobrindo o que era válido, o que era menos positivo e o que, talvez, podia ser um entrave ao nascimento de uma nova sociedade mais ampla ainda em construção, a sociedade guineense. (SCANTAMBURLO, 2013, p.14)

A Guiné Bissau se tornou independente em 24 de setembro de 1973, uma “independência” reconhecida por Portugal quase um ano depois, em 10 de setembro de 1974, no entanto, consistiu no fim da dominação colonial portuguesa, mas não implicou no fim dos

---

<sup>5</sup> Tem relatos de muitas músicas que foram criadas nas matas no período da guerra da libertação nacional, que tratava do desejo de liberdade, e da bravura dos combatentes.

<sup>6</sup> A figura do *Homi garandi* (homem grande) no crioulo refere a pessoas idosas, são pessoas de grande importância, nas sociedades guineenses, pois acredita-se que as os mais velhos têm muitos conhecimentos a passar, para os mais novos, são uma espécie de anciões que dão conselhos, e indicam caminhos que devem ser percorridos.

problemas dos guineenses. Na verdade, os problemas internos só aumentaram, com sucessivos conflitos dentro do partido que liderou a luta da independência, o PAIGC (Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde). Este fato começou bem antes da independência e culminou com o assassinato do líder do partido e da revolução para a independência, Amílcar Cabral. Segundo Couto & Embalo (2010, p.17):

do ponto de vista do regime político, a Guiné-Bissau viveu, desde a independência até 1991, data em que foi aprovado o multipartidarismo, num sistema de partido único com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), o partido libertador. Em 1994 foi esse mesmo partido que ganhou as primeiras eleições multipartidárias e que presidiu os destinos da nação até a destituição, em 1999, do Presidente Nino Vieira, o que pôs fim à guerra civil. Foi então que se pôde falar em alternância no poder, com a vitória do Partido da Renovação Social (PRS) nas eleições gerais de 2000. Mas em 2003 o presidente eleito, Kumba Yala, foi destituído por um novo golpe de estado militar.

Em 2004, o PAIGC volta novamente ao poder depois de ter ganho as eleições legislativas e, no ano seguinte, 2005, Nino Vieira volta do exílio em Portugal, onde esteve depois do golpe militar sofrido em 1999, candidata-se às presidenciais e ganha as eleições. A partir desse momento, houve, de acordo com Couto & Embalo (2010, p.18),

Crises políticas, permanentes mudanças de governo, alegadas tentativas de golpes de estado, uma crescente desestruturação das instituições estatais e uma constante ingerência das forças armadas na vida política do país caracterizaram os quatro anos que se seguiram até aos assassinatos em 2009, com algumas horas de intervalo, do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (Tagme na Waie) e do Presidente da República (Nino Vieira).

Desde a independência, houve vários momentos críticos na política guineense que desencadearam acontecimentos conflituosos como, por exemplo, a guerra civil de 1998, conhecida como “7 de junho”, que durou cerca de onze meses e ceifou a vida de muitos Guineenses. O fato, além de causar a destruição de patrimônios, incitou uma racha (ainda que velada) entre algumas pessoas que se uniram para se verem livres da ocupação portuguesa. Esses acontecimentos tiveram como consequência a instauração de um clima de insegurança, de desavenças, sucessivos golpes de estados, greves nas funções públicas (educação, saúde etc.), e uma série de problemas sociais sérios, como abordado por Couto & Embalo (2010, p.18):

[...] a população, cada vez mais empobrecida, vai lutando dia a dia para a sua sobrevivência. O acesso às condições básicas de saúde não lhe são garantidas, devido à falta de meios e condições para o exercício da medicina nos hospitais públicos. O

ensino, que vive permanentes períodos de greve do corpo docente por falta de pagamento dos salários, confronta-se também com o problema da baixa de qualidade.

Desde então, até janeiro de 2019, nenhum governo eleito democraticamente conseguiu terminar seu mandato sem que houvesse destituições ou golpes liderados por militares, como o golpe militar que destituiu o governo de Carlos Gomes Junior, em 12 de Abril de 2012. Este golpe ocorreu no momento das eleições presidenciais, o que interrompeu todo o processo, obrigando o País a passar por mais um momento de transição, que durou dois anos, até a realização das eleições gerais, em 2014. Na ocasião, foi eleito José Mário Vaz (apoiado por PAIGC), como presidente da República, e Domingos Simões Pereira (presidente do PAIGC), como primeiro ministro e chefe do governo. Este último foi exonerado e teve o governo derrubado pelo Presidente Jose Mario Vaz, que depois destituiu pelo menos mais sete governos, consumando assim um quadro de total instabilidade governamental.

Esses acontecimentos obrigaram o povo a não ter crença nas instituições governamentais e nos políticos em geral. As últimas eleições, realizadas no final de 2019, contaram com várias acusações de corrupção e de venda de drogas ilícitas por parte dos candidatos à presidência da República. (SAPO, 2019). Também se usou muito o fator étnico e religioso para fins políticos, algo que vai na contramão daquilo que foi o fator fundamental para a independência do país. Os conflitos narrados dão a impressão de que essas confusões demonstram que o país é ingovernável e que é impossível haver uma verdadeira convivência democrática entre os guineenses. No entanto, todo esse conflito é resultante da dominação colonial, que interferiu no processo natural da formação do Estado e dos povos da Guiné-Bissau, contribuindo negativamente na criação de rupturas que tiveram como consequência os intermináveis conflitos desde a “independência” até a data presente. A questão é bem observada por Couto & Embalo (2010, p.27):

Na verdade, a situação tem que ser encarada de uma outra perspectiva. Se os africanos tivessem tido uma continuidade em sua história, sem a invasão dos europeus, certamente teriam encontrado o próprio caminho. Teria havido muitas guerras, como as houve na Europa (cf. as Guerras Napoleônicas, a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, Guerra dos Bálcãs etc.), mas haveria uma solução africana para os problemas africanos. A invasão dos europeus impôs uma ruptura nessa história, que fez com que a contradição colonizadores-colonizados se sobrepusesse às contradições internas a esses povos, que tiveram que se unir para fazer face à dominação colonial. Uma vez adquiridas as independências e retomados os receptivos processos históricos, é normal que as contradições internas ressurgissem, somando-se aos problemas africanos normais os trazidos pelos invasores.

Como afirmado pelos autores, muitos problemas existiriam no país, como em qualquer parte do mundo, mas, se não houvesse a dominação colonial, talvez o país já tivesse encontrado seu rumo e se estabelecido política e economicamente. Algo que foi inviabilizado, até então, pela presença colonial no país e os resquícios deixados pela colonização.

## 2.4 O CENÁRIO LINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau conta com uma grande diversidade de línguas que, segundo Couto & Embalo (2010, p.28), somam aproximadamente 20 línguas étnicas. Línguas essas que coabitam com o crioulo guineense, que é a língua comum entre todas os grupos, e o português, sendo esta considerada a língua oficial, mesmo não estando este fato em nenhum documento legal que determine a oficialização do idioma desde a independência. Conforme Cá (2015, *apud* MENDES, 2019, p.165) “[...]somente a partir do ano 2007 que essa língua passou a ser enquadrada por um Decreto Lei (nº 7 de 12 de novembro de 2007) que obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas nomeadamente nas escolas.” De acordo com o autor, esse decreto “[...]impõe a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, mas não justifica e nem explica a razão da determinada imposição.”

Esse quadro demonstra o quão violento foi a dominação colonial portuguesa na Guiné-Bissau, pois, mesmo depois da desocupação efetiva do território pelos portugueses e a consequente tomada da independência, os guineenses continuaram obedecendo as imposições e as determinações dos colonizadores, principalmente no que tange à propagação, e consequente efetivação, do português como “Língua Nacional”. De acordo com Mendes (2019, p.163):

O processo da colonização Portuguesa na África estava também intrinsecamente ligado à expansão da língua Portuguesa para facilitar a dominação e processos de aculturação da população autóctone considerado “gentio” ou “incivilizado” para o efeito, deveriam ser tomadas medidas para a efetivação da língua portuguesa no território por todas as formas do alcance.

Cabral (1993, *apud* MENDES, 2019, p.163-64) explica que quando falava das conclusões da reunião do gabinete de Estudo da Direção Geral da Educação do Ministério do Ultramar – realizada de 28 de Agosto a 2 de Setembro do ano de 1967 – conclusões estas que foram homologadas pelo então Ministro do Ultramar, em 19 de Setembro do mesmo ano, era possível observar as seguintes determinações referentes ao uso da “Língua Nacional” (A Língua Portuguesa) nas províncias Ultramarinas:

[...] 13. O uso da Língua Nacional, como aglutinante cultural, veículo de convívio e expressão das populações que constituem a nação e instrumento de racionalização lógica do pensamento, deveria ser intensamente processado.

14. O Gabinete de Estudo reconheceu a ação meritória desenvolvidas pelos serviços de Educação e pelas missões católicas Portuguesas na escolarização e alfabetização das populações das províncias ultramarinas, ações que se considerava como a melhor forma de expansão e fixação da Língua Portuguesa. Entendia, porém que essa ação deveria ser completada por todas as formas do alcance, para o que preconize o recurso à colaboração dos demais serviços públicos e entidades privadas.

15. De entre os meios de divulgação da Língua Portuguesa o Gabinete considerava como muito válida a colaboração do comércio rural e outras atividades de convívio, pela insistência do uso da língua nacional.

Essas ações visavam à imposição efetiva da língua portuguesa no território Guineense como uma das formas de dominação e imposição cultural. A língua, como se sabe é uma ferramenta bastante usada por povos que pretendem subjugar outros grupos sociais pré-estabelecidos. No caso do processo colonial, diversas foram as estratégias de domínio no sentido de subjugar os povos dominados às imposições políticas e culturais da matriz colonial. Nesse sentido, (MARIANI 2003, p.79) explica que “[...]inúmeras ordens régias foram expedidas até o Diretório dos Índios ser promulgado. Essas ordens objetivavam uma política de civilização dos índios e determinavam procedimentos pedagógico-teológico-linguísticos, além da feitura de instrumentos linguísticos tais como “vocabulários” e gramáticas.” Apesar da autora pautar seus estudos sobre o colonialismo linguístico no Brasil, pode-se analisar o caso da Guiné Bissau com base nas mesmas linhas de pensamento.

Hoje em dia, o português continua sendo a língua de maior prestígio nacional, fato que é consequência dessa “colonização linguística” perpetrada pelos portugueses durante os anos da ocupação do território guineense. O português é, no entanto, falado apenas por uma pequena parcela da população Bissau-guineense, dada a resistência dos guineenses contra o colonialismo e suas violências. Diante da imposição da Língua Portuguesa, o povo resistiu culturalmente e rejeitou a língua do dominador, a qual ocupa um espaço reduzido no cenário linguístico do país, como observado por Embalo (2008, p.101):

[...]é a Língua materna de uma insignificante percentagem da população, o português não é a língua de comunicação nacional, na medida em que apenas cerca de 13%<sup>7</sup> dos guineenses a falam, incluindo os que a têm como língua segunda, terceira ou até mesmo quarta para a maior parte dos guineenses.

Dentro de um contexto multilíngue, como é o caso da Guiné-Bissau, o português não se consolidou como a língua falada pela maioria dos Guineenses, como aconteceu em outras

---

<sup>7</sup> Dados anteriores ao censo de 2009

ex-colônias portuguesas, como Brasil ou Angola. O contexto da colonização guineense promoveu o surgimento e o fortalecimento de uma outra língua, o crioulo Guineense, ou o *Kriol*, como é designado pelos guineenses.

De acordo com Scantamburlo (2013, p.36-37), a palavra “Crioulo” é atestada já no século XVI (...) utilizado pela primeira vez em 1590, com a forma espanhola ‘criollo’, no livro *Historia natural y moral de las Indias*, escrito pelo missionário José de Acosta.” O autor ainda destaca que a palavra aparece no dicionário Francês de Richelet em 1680, na forma “criole”, com as seguintes explicações:

No que diz respeito ao significado dos termos **crioulo** em português, **criollo** em espanhol e **créole** em francês, as palavras são utilizadas quer para nomear as pessoas humanas, quer as plantas e os animais: o sentido corrente é o de um ser criado em casa, quer dizer nascido nas Colônias, mas não indígena.

O nome foi então atribuído às línguas geradas pelo contato dos europeus com os africanos, como é o caso do “crioulo guineense”, resultado do contato direto do Português com as línguas nativas guineenses. Assim, conforme explica Embalo (2008, p.102),

O *kriol* é um crioulo de base portuguesa, com uma gramática e léxico próprios. Surgiu do contacto do português com as línguas africanas, facilitando a comunicação não só entre os europeus e os africanos, mas também entre estes próprios, dada a diversidade lingüística da região. Ele ter-se-ia formado entre o fim do século XVI e início do século XVII. No entanto, as opiniões divergem quanto ao local onde ele teria surgido. Para uns (Naro, 1978) teria sido em Portugal com a ida de escravos negros para lá ainda no século XV. De lá teria “emigrado” para a África. Outros estudiosos defendem que o berço da língua crioula foi Cabo Verde, como Peck (1988) e Kihm (1994) e, por fim, uma terceira corrente considera que foi na Guiné que ele se formou (Rougé, 1986).

Ao crioulo não foi dado muito valor pelos colonizadores portugueses pois era tratado como uma forma errada de falar o português. Acredita-se até hoje, em Guiné Bissau, que o crioulo surgiu na tentativa de os guineenses da época da colonização falarem a língua do dominador, nesse caso, o português e, em decorrência disso, ouve-se pessoas dizendo que o Crioulo, no entanto, é uma espécie de Português “mal falado”. Porém, estudos recentes desenvolvidos por vários autores como por exemplo Embalo (2008), Rougé (1986), Scantamburlo (2013) entre outros, apontam para uma outra teoria que evidencia o contato eminente entre as diversas línguas nacionais com o próprio português, deitando abaixo o discurso sobre o crioulo ser um “Português mal falado”, algo que reflete a visão preconceituosa dos colonizadores,

O *kriol* desenvolveu-se fundamentalmente nos centros urbanos. A partir dos anos vinte do século XX ele começou a ser estigmatizado e a sua utilização acabou por ser interdita pelas autoridades coloniais, o mesmo acontecendo com as línguas das comunidades etnolinguísticas. O *kriol* passou a ser visto como uma língua de “não civilizado” e aquele que falasse português era considerado “civilizado”. Esta situação prevaleceu nas zonas do território ocupadas pelos portugueses até à independência em 1974. (EMBALO, 2008, p.103).

Esses comportamentos deixam claro as atitudes de inferiorizar culturalmente os povos dominados e suas línguas. Podemos, no crioulo guineense, encontramos termos como *Tchon*, *Homi*, *Mindjer* etc., que são formas derivadas de “chão”, “homem”, “mulher”, do português, mas também termos como *Djumpuni/Djimpini*, *Djunguto*, *Nhemé* – “espreitar”, “agachar” e “mastigar”, respectivamente – que são léxicos que nada têm a ver com o português. Muito provavelmente trata-se de vocábulos provenientes das línguas étnicas guineenses que também contribuíram bastante na formação do Crioulo. Casos como estes e vários outros exemplos de léxicos desconexos do Português podem ser encontrados no crioulo põem em xeque a fala discriminatória de o crioulo ser um “português estragado”.

O crioulo Guineense serviu como unificador entre os mais diversos grupos étnicos que possuíam suas determinadas línguas, diante da necessidade que os colonizados tinham de se unir e lutar contra o colonialismo. Por isso, necessitavam de uma língua que unisse todos os falantes de outras línguas e o crioulo serviu bem a esse propósito. “Um povo, um objetivo”, como frisado por Embalo (2008, p105):

Ao servir de língua de comunicação entre os diversos grupos populacionais no processo independentista, o *kriol* tornou-se num elemento congregante da diversidade étnica nacional. A utilização de uma língua comum, outra que não a do colonizador e ao mesmo tempo símbolo de resistência cultural, contribuiu, juntamente com o objetivo da luta pela libertação do jugo colonial, para a criação de uma unidade nacional.

O crioulo guineense passou por muitas mudanças ao longo de seus anos de uso, o que geralmente acontece com todas as línguas. Existem sempre mudanças condicionadas ao tempo, aos espaços geográficos, aos aspectos socioculturais dos falantes, às situações de usos linguísticos, às relações de poder entre os interlocutores, dentre os mais diversos fatores que condicionam as variações e mudanças que uma língua pode sofrer. Como já visto, a Guiné Bissau é um país que abriga mais de 20 grupos étnicos diferentes, e esses grupos, para além de suas línguas maternas, possuem em comum a língua crioula. Nesse quadro linguístico se somam as línguas europeias, nomeadamente o Português, trazido pelos colonizadores, sendo esta a língua oficial; o Francês, por conta das relações fronteiriças com países que são ex-colônias da

França: Senegal e Guiné Conacri<sup>8</sup>; o Inglês, por conta das vantagens que essa língua tem no mercado de trabalho e por ser uma língua muito requisitada mundialmente, e; a Língua Árabe, como consequência da influência islâmica no país.

Estas e várias outras línguas circulam no país e a possibilidade de interferências de uma língua na outra é bastante elevada. Apesar das incertezas a respeito de qual língua guineense específica tenha formado a base do crioulo guineense, este apresenta vários aspectos parecidos com várias línguas nativas da Guiné-Bissau. Tomando, por exemplo, a palavra *Blufo*, que em *Balanta* significa “jovem com pouca instrução e que ainda não cumpriu com o ritual da passagem para ser considerado um homem respeitado na comunidade”. Esse ritual, entre várias cerimônias tradicionais, culmina com a circuncisão dos jovens e/ou adultos, que é o ponto mais alto da cerimônia. Em crioulo, a palavra *Blufo* significa não circuncidado, assumindo, assim, praticamente o mesmo valor semântico que tem em *Balanta*. Outro exemplo é a palavra *séle Bsonh*, que em *Balanta* significa “peixe pequeno” e, em crioulo, esse vocábulo é usado para denominar “peixe pequeno defumado”. Estas e várias outras palavras podem ser encontradas em crioulo e igualmente algumas sem nenhuma mudança podem ser encontradas em outras línguas autóctones. É comum encontrar casos assim em nomes de alimentos, de animais, de práticas etc.

O crioulo é a língua mais falada no território Guineense, segundo apontam os dados expostos por Scantamburlo (2013, p. 28), o autor apresentou um quadro no qual estão representados a percentagem dos falantes das línguas presentes na Guiné, das mais faladas às menos utilizadas nas interações cotidianas dos guineenses. Trata-se de dados relativos aos recenseamentos feitos em 1979 e 2009, respetivamente, cuja classificação levou em conta a declaração dos guineenses em serem fluentes em línguas nas quais foram contabilizados. Tendo em conta que alguns indivíduos são bilíngues (ou até mesmo trilíngues e quadrilíngues), o número de falantes do Crioulo pode ser muito superior aos dados apresentados pelo autor. Da mesma forma que vale lembrar que já se passaram quase 10 anos depois do último recenseamento e o fator do desenvolvimento que facilitou o acesso às informações – que, na sua maioria, são difundidas em crioulo – certamente afeta o quantitativo apresentado. Por fim, o notável crescimento da população nos centros urbanos onde o crioulo é mais usado que quaisquer outras línguas soma-se aos demais fatores que justificam o aumento de falantes do crioulo, como aponta Scantamburlo (2013, p.23):

---

<sup>8</sup> Apesar de também contarem com suas línguas nacionais, igualmente contam com o Francês como a língua oficial.

É de salientar que o cálculo do número de falantes das primeiras 12 línguas da Guiné-Bissau em 2009, baseado na percentagem do Recenseamento de 1979, é um cálculo estimativo e deve ser considerado inferior à realidade no que diz respeito aos falantes do Crioulo Guineense, porque, nos últimos trinta anos, o aumento tem sido bastante elevado. Por isso o valor da percentagem do Recenseamento de 1979 (44,31%) em 2009 tem um valor superior, pelo simples facto de que o número de alunos das 1ª à 11ª classe tem vindo a aumentar constantemente e, para mais, é uma realidade experimentada por todos os professores da Guiné-Bissau que a escola é um dos maiores difusores do Crioulo Guineense.

Vale ressaltar que o crioulo, é a língua mais usado nos meios de comunicação, tais como rádios e a televisão nacional. Neste último com pouca frequência em relação aos programas radiofônicos, como aponta Embalo (2008, p.105):

[...] a presença do *kriol* na comunicação social destaca-se pela primazia que tem ao nível dos programas radiofônicos, o que levou a Assembleia Nacional Popular a impor, em 2007, uma quota de 50% entre o *kriol* e o português nas emissões da rádio. Ao nível dos programas da televisão a língua portuguesa tem uma maior presença o que se explica pela importação de programas nomeadamente de Portugal e do Brasil e pela fraca produção nacional. Mas existem programas em *kriol*, nomeadamente os noticiários e debates.

Os fatos apresentados serviram, de forma veemente, para a difusão do crioulo em todo o território nacional, em detrimento das outras línguas nacionais, como apresentado no quadro abaixo:

**Figura 4** - Quantitativo de falantes das línguas guineenses

LÍNGUA	(% )	NÚMERO DE FALANTES		
		1979 e 2009	1979	2009
Crioulo Guineense	(44,31%)		349.638	673.880
Balanta	(24,54%)		193.722	373.212
Fula	(20,33%)		160.499	231.774
Português	(11,08%)		87.464	168.508
Mandinga	(10,11%)		79.790	153.756
Manjaco	(8,13%)		64.194	123.643
Papel	(7,24%)		57.202	110.108
Biafada	(1,97%)		15.551	29.960
Bijagó	(1,97%)		15.546	29.960
Mancanha	(1,86%)		14.682	28.287
Felupe	(1,48%)		11.701	22.508
Nalú	(0,31%)		2.491	4.715
Inválidos	(0,05%)		381	760
<b>TOTAL</b>	<b>(133,38%)</b>		<b>1.052.861</b>	<b>1.951.071</b>

Fonte: Scantamburlo (2013, p. 28).

O quadro ilustra as línguas mais faladas na Guiné Bissau, onde é possível verificar línguas étnicas com percentagem de falantes maiores que a própria língua oficial do país, o Português, como é o caso de Balanta e Fula, os maiores grupos étnicos Guineenses. Destaca-se também outros grupos que contam com um número de falantes considerável. Essas línguas étnicas são bastante usadas nos territórios onde habitam cada grupo específico. Embalo (2008, p.102) afirma que o crioulo, apesar de ser a língua mais falada na Guiné Bissau, não é a língua materna da maioria dos Guineenses. Segundo a autora, as línguas nativas guineenses constituem a língua materna da maioria do povo da Guiné, como se pode ver no trecho que se segue:

[...] nem o português e nem o *kriol* são línguas maternas da maioria dos guineenses. Com efeito, as línguas africanas (pertencendo à família das línguas Nigro congolosas) são a primeira língua das diferentes comunidades, através das quais se transmite os conhecimentos ancestrais, as tradições e a identidade comunitária. As línguas com um maior número de locutores são o Balanta, o Fula, o Mandinga e o Pepel, na medida em que estes povos são os mais importantes do ponto de vista numérico. As línguas africanas guineenses não estão codificadas, permanecendo orais.

Além das línguas nativas apresentadas existem várias outras línguas que são faladas por um grupo menor de pessoas, pertencentes ou não, dos respetivos grupos étnicos dos quais essas línguas são derivadas. Scantamburlo (2013, p.27) elencou essas Línguas com números de falantes relativamente menores que são: “Bagas, Baiotes, Bambarãs, Banhuns, Cassangas, Conhagui, Cobianas (ou Coboianas), Jacancas, Jalofos (ou Wolof), Landumãs, Padjadincas (ou Badjaranca), Saracolés (ou Soninkés), Sereres (ou Nhomincas), Sossos (ou Jaloncas), Tandas, Timenés”

Em termos de espaços de usos linguísticos, nos centros urbanos usa-se menos as línguas nativas em comparação ao uso do crioulo. Como já visto, o crioulo é usado nas escolas nas rádios, algumas colunas de jornais impressos (nas histórias em caricaturas, por exemplo). Na política guineense, o crioulo é a língua usada pelos deputados na Assembleia Nacional Popular, nos discursos políticos, principalmente durante campanhas eleitorais, como tática de passar a mensagem para a maioria da população guineense. Dificilmente vai se ver pessoas na Guiné Bissau que efetivamente não entendem nada do crioulo. Na literatura é possível encontrar textos em crioulo, ou português e crioulo concomitantemente, como explica Embalo (2008 p.104): “Enquanto que ao nível da poesia o *kriol* impõe-se como língua de expressão e várias são as obras, individuais ou coletivas, de poesia exclusivamente em *kriol* ou em português e *kriol*.” No período da luta colonial, haviam cantigas que falavam de glórias, vitórias dos combatentes, ou que falavam de amor, do desejo de independência. As músicas guineenses são, na sua maior parte, em crioulo. Embalo (2008, p.104) elencou algumas obras e seus respetivos autores, tais como:

Abdulai Sila: Última tragédia (1996) e Mistida (1997); Odete Semedo: Histórias e passadas que ouvi contar, 2000a e 2000b; 2003<sup>a</sup>; Filinto de Barros (Kikia Matcho) Barkafon de poesia na *kriol* (coleção Kebur), obra coletiva; Mininus di Nha Tera de Nelson Medina; Dinheru di abota e Sigridus di Kerensa de Flaviano Mindela dos Santos. Kebur. Barkafondi poesia na *kriol* (1996). Momentos primeiros da construção. Antologia dos jovens poetas (1978), Entre o ser e o amar de Odete Semedo; as diversas obras de Tony Tcheca; Retrato de Rui Jorge Semedo 12. Lubu ku lebru ku mortu i utrus storya di Guiné-Bissau (1988) de Augusto Pereira; N’ sta li n’ sta la, livro de adivinhas (1979a), Junbai e Uori. Storias de lama e philosophia de Teresa Montenegro e Carlos de Morais.

Apesar de ser proibido nas escolas, o crioulo é bastante usado pelos professores para facilitar a compreensão dos alunos, principalmente no processo de alfabetização. Para Embalo (2008, p.102) o crioulo mesmo não sendo uma língua oficializada também para o ensino na Guiné-Bissau, “[...]não deixa de ser o recurso de muitos professores, que por deficiência do próprio conhecimento do português ou pelo não domínio desta língua por parte dos alunos, utilizam-no para melhor se fazerem compreender pelos seus discentes.”

Para o efeito, o Crioulo se consolidou como a língua nacional e da maioria dos guineenses, sendo a língua franca da maioria da população. Seu uso, no entanto, ainda é motivo de inúmeros preconceitos, pois possui falantes diversificados, que têm outras línguas, e que vivem em localidades diferentes, tendo faixas etárias diferentes, e classes sociais diferentes. Por esses motivos de cunhos sociais, econômicos e geográficos, o crioulo apresenta diversificadas variações, desde os falantes que têm as línguas nativas como L1 e que trazem consigo aspectos de suas línguas para o crioulo, até os falantes que introduzem muitos aspectos do português no crioulo. Nenhuma dessas variedades é relativamente inferior ou superior às demais, e o crioulo sendo a língua mais falada e compreendida no território, sua oficialização e consequente implementação no ensino seria de grande valia.

Segundo Timbane & Manuel (2018, p.111) “A questão da oficialização das línguas locais não é provocada pela incapacidade linguística, pois todas as línguas faladas em território guineense são capazes de expressar completamente as funções sociais da comunicação.” Entretanto, a não oficialização do crioulo cumpre o propósito daquilo que foi a dominação efetiva dos colonizadores na Guiné-Bissau, inculcando na cabeça dos guineenses que a língua que “expressa a racionalização lógica do pensamento” é o português. Sendo a língua portuguesa a única que deve ser ensinada e fixada no território guineense, constituindo assim a língua oficial e a de ensino, reforça a desvalorização da cultura guineense e do crioulo especificamente, assim como de outras línguas nativas Guineenses.

## 3 CAPÍTULO II

### 3.1 RELAÇÕES DE PODER(ES) ENTRE AS LÍNGUAS GUINEENSES

Nesta seção, trataremos da discussão entre as relações de poder (ou de poderes) existentes por conta das línguas, de seus usos e de seus falantes na Guiné-Bissau. Depois de apresentado, no capítulo anterior, uma contextualização sobre o cenário linguístico guineense e algumas das situações históricas vividas no país, é possível perceber que a questão linguística esteve sempre presente na construção do que hoje temos como “Guiné-Bissau”. Primeiro, a invasão portuguesa que violentamente instaurou o domínio colonial no país africano, invisibilizando os povos e as línguas guineenses. Depois, os processos de resistência e luta pela independência do país, mobilizados através do contato linguístico entre as línguas nacionais e a língua portuguesa, dando origem ao que é conhecido como “crioulo guineense”. Por fim, após a independência da República da Guiné-Bissau, a oficialização apenas da língua portuguesa e as conseqüentes ações de desvalorização das línguas guineenses, incluindo o crioulo e suas variações. Todas essas situações envolvem e constituem relações de poder entre as línguas e seus falantes e essas relações são, ao mesmo tempo, desiguais, excludentes e reprodutoras do pensamento colonial.

As relações de poderes que se estabelecem entre as línguas estão intrinsecamente ligadas às relações sociais de seus falantes. Isto quer dizer que, a questão do *status* atribuído a uma língua em detrimento de outras cumpre o propósito de distanciamento dos que detêm o poder (econômico social) sobre os que estão à margem dos grupos privilegiados. Nisso, as línguas vão sendo organizadas e definidas de acordo com as políticas daqueles que estão ligados às elites do poder, que são os que, efetivamente, criam políticas para as línguas e organizam o planejamento dessas políticas.

De acordo com Cobarubias e Fishman (1983, *apud* SEVERO, 2013 p.457) “[...] decisões do planejamento de status se ajustam às ideologias da elite de poder ou respondem a ideologias conflitantes entre aqueles apoiados pela elite de poder e aqueles do outro grupo constituinte.” Esse fato condiciona a valorização de certas manifestações linguísticas e o desprestígio de outras, como é refletido por exemplo naquelas variantes linguísticas consideradas “padrão” ou “cultas”. É preciso entender quem se beneficia de um determinado padrão linguístico, quais os propósitos desse padrão e os meios de acesso a essas variações.

Em todas as comunidades de fala, estas atitudes estabelecem qual língua, ou variedade linguística, se sobrepõe às demais, contribuindo significativamente na manutenção das relações

de poderes sociais transpostas para as línguas e reforçando as desigualdades sociais operantes numa determinada sociedade. Este é o caso da língua portuguesa na Guiné Bissau em relação às mais de 20 línguas étnicas do país e em relação ao crioulo guineense. Durante todo o processo colonial, a língua portuguesa foi usada como uma das principais ferramentas de aculturação do povo guineense e, por esse motivo, ela foi imposta com uma certa violência, como explica Mendes (2019, p.166) “O sistema colonial português tentou impor com toda a violência a língua portuguesa nas suas colônias, para ser usada como ‘língua nacional’ de expressão comum em benefício de todos”. Ora, é preciso questionar quem constitui esse “todos”? Quais os “benefícios” práticos, naquela altura, os colonizados teriam aos se expressarem em uma língua que nem entendiam? E mais, os mais de 20 povos na altura, com suas determinadas línguas construídas e estabelecidas nos seus meios, com expressões próprias, realidades sociais e culturais próprias, as quais, se calhar, não possuem uma tradução em português, precisavam da língua portuguesa para expressar o quê? Para quem? As respostas parecem bastante óbvias, pois a elite dominante na altura precisava entender o que os povos dominados eram, como pensavam. Para isso, precisavam impor sua língua e, conseqüentemente, controlar o modo como esses povos viviam. O objetivo era efetivar a dominação e o fato desses povos terem várias línguas, representava um enorme risco para a consolidação da referida dominação.

Lagares (2019, p.54) explica que “A partir desse momento [colonização], a diversidade linguística dentro das fronteiras passa a ser vista como uma ameaça, como uma anomalia que deve ser expurgada”. Então, os colonizadores europeus criaram a política de unificação linguística através da língua, no caso guineense, da língua portuguesa, sendo esta considerada a “língua nacional”, a única capaz de expressar, conforme o autor, “racionalização lógica do pensamento”. Essa ideia estabeleceu que o português era relativamente superior às demais línguas guineenses, pois fez-se acreditar que era uma língua na qual se conseguia expressar fórmulas matemáticas, entre outros aspetos científicos os quais as línguas nativas “não davam conta”. Ainda, a língua do colonizador serviria de elo na intenção de unir os guineenses a Portugal e outros povos do “mundo português”.

Por conseguinte, essa ideia foi assimilada por muitos guineenses, principalmente os que estudaram e tiveram mais oportunidades e o conseqüente “domínio” da Língua Portuguesa foi se constituindo com o passar do tempo. Esses indivíduos, que depois da (des)ocupação dos Portugueses, se consolidaram como a elite social, econômica, política e intelectual da Guiné Bissau. Uma elite que defendeu a implementação do português no sistema de ensino e sua conseqüente oficialização no território guineense, continuando, assim, o projeto colonial dos portugueses, o qual demarca espaços de poder entre os que têm privilégios e os que não os

possuem. Segundo Lagares (2019, p.51) “É através da língua que se cria a comunidade dessa elite, como um ‘projeto piloto’ da nação. Ela também parece, como produto da sua elaboração escrita, mais fixa e eterna do que realmente é. Devido a esses atributos, a língua da elite dominante acaba se transformando na língua real dos estados modernos.”

A defesa do português como “língua do ensino” e “língua oficial” por alguns guineenses deixou claro a intenção da manutenção das relações desiguais de poderes existentes no território guineense pós-colonial. Conforme Mendes (2019, p.167):

[...] é bem provável que a defesa da língua do colonizador, que resultou na sua oficialização no país, em detrimento da língua crioula “Kriol” língua nacional, se deve a questões ideológicas e históricas de algumas elites, dirigentes políticos guineenses que não se interessaram, em criar mecanismos legais para a definição de uma política linguística nacional me prol da valorização da língua crioula “Kriol” e outras línguas étnicas.

O líder da independência guineense, Amilcar Cabral, manifestara-se a favor do português num dos discursos apresentados por Oliveira (2015, *apud* Mendes, 2019, p.167). Cabral reiterou que:

O português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais, se não um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. [...] Nós, partido, se queremos levar para a frente o nosso povo muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, nossa língua tem que ser o português. E isso é uma honra. É a única coisa que podemos agradecer aos tugas, ao fato de eles nos ter deixado a sua língua depois de ter roubado a nossa terra. [...] devemos combater tudo quanto oportunismo, mesmo na cultura. Por exemplo, há camaradas que pensam que par ensinar na nossa terra é fundamental ensinar em Crioulo já. Então outros pensam que é melhor ensinar em Fula, em Mandinga, em Balanta. Isso é muito agradável de ouvir, os Balantas se ouvirem isso ficam muito contentes, mas agora não é possível, como vamos escrever Balanta agora? Quem é que sabe a fonética do Balanta? Ainda não se sabe, é preciso estudar primeiro mesmo o Crioulo. [...] para ensinar uma língua escrita é preciso ter uma maneira certa de a escrever para que todos a escrevam da mesma maneirasse não é uma confusão do diabo

Essa visão de Cabral concebia a língua portuguesa como uma ferramenta que possibilitava uma conexão com o exterior, uma visão baseada na ideia de língua como estrutura, que precisa ser descrita e escrita para existir, desconsiderando o papel da oralidade na constituição de uma identidade linguística. Porém esse pensamento nada mais é do que a ideia inculcada pelos portugueses de que a sua língua era a única que podia servir ao povo guineense, tendo a condição de nomear aspetos científicos e um consequente desenvolvimento a partir da ciência, como reproduziu o Cabral.

Todavia, essa visão revela-se equivocada e preconceituosa, visto que, até mesmo o português, como toda e qualquer outra língua, utiliza termos científicos emprestados de outros idiomas, como o latim, por exemplo, para descrever fenômenos e objetos científicos. Para se comunicar com muitas pessoas de outros países, línguas como Inglês, Francês, Espanhol e até mesmo o Chinês, são muito mais necessárias que o Português, conforme as situações comunicativas e os interlocutores envolvidos. Atualmente, com a instalação de várias empresas estrangeiras na Guiné-Bissau, as línguas francês e inglês são muito mais requisitadas. Entretanto o português continua a ter mais prestígio em detrimento de outras línguas nacionais guineenses.

Com relação ao crioulo guineense, algumas particularidades precisam ser pensadas. O crioulo, sendo uma língua que surgiu através do contato das línguas nativas guineenses com o português europeu, é relativamente mais prestigiada que as línguas étnicas guineenses. É possível entender esse fato por conta dessa variação do crioulo se aproximar mais da língua portuguesa, língua de maior prestígio, e como as pessoas que essencialmente falam o crioulo, na sua maioria, pertencem às elites sociais guineenses, e vivem nas zonas urbanas do território, tendem a determinar qual variante do crioulo é o “melhor”, garantindo, assim, um prestígio da variante que falam sobre as demais variantes do crioulo e, conseqüentemente, do crioulo sobre as demais línguas nacionais.

A variante de prestígio é a que “efetivamente” deve ser falada pelos demais grupos sociais que falam suas línguas étnicas ou as variantes do crioulo com marcas de suas línguas nativas. Esses indivíduos são marginalizados e considerados “não inteligentes”, dentro do pensamento linguístico elitista e excludente.

Vale ressaltar que esse mesmo discurso fora usado, tempos atrás, quando os portugueses tratavam o crioulo como a língua dos “não civilizados” e que este idioma não passava de “uma versão distorcida e deficiente do português”, pois incomodava as elites, na altura. O discurso de, eventualmente, o crioulo estar a pôr em causa a “integridade” do português. Hoje em dia, esse mesmo discurso é reproduzido sob uma perspectiva diferente, na qual o crioulo é relativamente melhor que as línguas étnicas, refletindo assim as relações desiguais de poderes existentes entre os que vivem nas zonas onde o crioulo é mais usado (centros urbanos) e os que vivem onde as línguas étnicas são mais usadas (zonas rurais, distantes dos centros urbanos). Como consequência, esses indivíduos que falam variantes do crioulo mais atreladas às suas línguas étnicas (principalmente no campo fonético) sofrem bastante preconceito da parte dos falantes do crioulo mais aportuguesado.

É importante frisar também que o crioulo não é uma língua oficial, ao menos por enquanto, o que determina uma relação de poder assimétrica entre este idioma e a língua portuguesa, estabelecida por uma política linguística do Estado guineense. Mesmo assim, por outro lado, o crioulo ocupa um lugar de poder, estabelecendo uma espécie de superioridade sob as demais línguas nativas, por conta de uma política linguística do cotidiano social guineense, fruto das políticas oficiais do país. Isso é reflexo (e se reflete) direto das diversas relações de poderes existentes no território, sendo que este “poder”, conforme explica Severo (2013, p.458):

[...] não é um objeto que se detenha, não se concentra nas mãos de uns em detrimento de outros, não opera apenas vertical e hierarquicamente e não se vincula apenas às instituições. As relações de poder são múltiplas, difusas, fluidas, dinâmicas e vinculadas, diretamente, à produção, circulação e recepção dos discursos.

Esses comportamentos, como já dito, refletem como as sociedades estão estruturadas, em termos de hierarquia e status, condicionados por fatores políticos, econômicos, históricos, ideológicos etc. A escolha das línguas que devem ser faladas, ou que relativamente estão acima das outras é uma questão meramente política, e visam o estabelecimento das relações de poderes nas sociedades. Severo (2013, p.457) ainda afirma que:

A natureza das regras que definem o status e o prestígio das línguas não é neutra/científica, mas política, uma vez que os processos de designação e de circulação das línguas instauram e conservam hierarquias, refletem/constroem desigualdades linguísticas e sociais, aproximam ou distanciam grupos, favorecem certas comunidades linguísticas em detrimento de outras, instauram práticas legitimadoras de certas línguas e de apagamento de outras, etc.

Como a atribuição dos status de uma determinada língua em relação a outras é ligada essencialmente às pessoas que as usam, é importante entender como esses falantes se relacionam uns com os outros. No contexto linguístico guineense, tomando como exemplo o uso do Crioulo, esta língua é falada por quase 50% da população Bissau guineense, de acordo com o Censo de 1979 e 2009 respectivamente. É considerada a língua da unidade nacional, pois ela é falada e compreendida em todo o território nacional, e foi recurso fundamental no processo da libertação colonial, uma vez que “[...] os cerca de trinta povos da Guiné começaram a sentir-se um só povo que, por exigência de luta unitária, escolheu uma língua, o ‘Criol’, a língua que nasceu com a colonização mas que se transformou em ‘Língua da Libertação.’” (BICARI, apud SCANTAMBURLO, 1981, p.5).

Entretanto, muitos fatores condicionaram, e ainda condicionam, formações de estruturas fonéticas, semânticas, lexicais, morfológicas e sintáticas peculiares dentro do crioulo,

de acordo com os grupos de falantes de regiões diferentes, faixas etárias diferentes, povos diferentes, estruturas sociais diferentes etc. Essas estruturas diferentes são denominadas de Variações Linguísticas, o que vamos nos ater a explicar na seção seguinte.

### 3.2 VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E O CRIOULO GUINEENSE

Nesta seção vamos nos dedicar a discutir o que são variações linguísticas e como essa questão está relacionada com o cenário linguístico da Guiné-Bissau. Nossa intenção é, para além de lidar com os diversos tipos de variações linguísticas existentes, refletir como essas variações se manifestam particularmente envolvendo o crioulo guineense, a ponto de poder contribuir para discursos e práticas sociais que promovam o preconceito linguístico na sociedade guineense, um assunto a ser melhor explorado na seção seguinte.

Sabe-se que, as línguas mudam/variam no tempo e no espaço. Sendo um elemento dinâmico, ela (a língua) é sujeita a várias mudanças, ganhando novos termos, mudam-se alguns significados das palavras, mudam-se as formas de se pronunciar as palavras, assim como, de acordo com espaço específico, as formas como as pessoas falam uma mesma língua tendem a ser diferentes.

Segundo Timbane (2013, p.93) “[...]a maioria das mudanças [linguísticas] provém de elementos exteriores à língua, fenômeno caracterizado por contato, mistura e interferências linguísticas, bem como da mudança da vida na sociedade.” O conceito de variação linguística envolve, essencialmente, as modulações, alterações ou ajustes que acontecem numa determinada língua, de forma natural, de acordo com as necessidades das pessoas que usam essas línguas. Assim sendo, a sociolinguística variacionista se encarrega de estudar esse fenômeno linguístico. Chagas (2010, *apud* Timbane, 2013 p.93) defende que, do ponto de vista sociolinguístico, a língua nunca fica pronta e assim, “cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Desta forma, ela está sujeita a alterações nessas recriações”.

As variações linguísticas são geralmente classificadas como diastrática, diatópica, diageracional, diagenérica e diafásica. Cada um desses fenômenos está pautado em peculiaridades específicas, as quais procurarei explicar a seguir, bem como tentarei entender como cada um deles se aplica ao contexto Bissau-guineense.

Segundo Mussalin e Bentes (2006, p. 34 *apud* Santana; Neves, 2015, p.80), a variação geográfica, ou diatópica, diz respeito às diferenças linguísticas relativas aos espaços geográficos distintos dos indivíduos envolvendo “[...] um conjunto de fatores e que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de

fala.” No contexto Bissau-guineense, essa variação diatópica é facilmente observada, já que os grupos étnicos constituintes da população do país estão distribuídos por zonas geográficas diversas, sendo as regiões do leste constituídas maioritariamente por Fulas (o maior grupo étnico do país), as regiões do sul dominadas por Balantas, Beafadas e Bijagós, e as regiões do norte dominadas por Mandjacos, Balantas, Mandingas, Mancanhas, Felupes, Papeis etc.

O setor autônomo, no qual se situa a capital do país (Bissau), contém uma maior concentração de povos vindos de todas as partes do país, por favorecer o comércio, o emprego e, portanto, “melhores condições de vida”. Também possui mais oportunidades de estudo. Todos esses indivíduos que migram para a capital, apesar de terem suas respectivas línguas, contam com o crioulo como a língua de comunicação com outros grupos étnicos do país, e o fator geográfico acaba favorecendo a formação de peculiaridades regionais no que tange a língua Crioula. É corriqueiro, nas falas de pessoas que residem na zona leste (principalmente nas Tabancas) expressões como “*Buranco*” “*Biscaleta*” “*Zanela*”, as quais, nos centros urbanos, é possível serem encontradas como “Branco” “Bicicleta” “Janela”, respectivamente. Ressalto que esse quadro não é absoluto, pois existem pessoas da região leste que não falam dessas formas, do mesmo modo que, na região sul, nomeadamente Bolama bijagós, é praxe escutar na fala de alguns Bijagós – que têm a língua Bijagó como L1 – palavras em crioulo como *Pídia*, *Pídju*, *Díngua* – que são encontrados no crioulo de Bissau, Sector de Bolama, Cacheu, etc – como *Pilia Fidju* e *Lingua*, (Pilha, Filho, Língua). A língua bijagó, no entanto, não conta com os sons [λ] de Filho [l] de Limão, [v] de Vida e nem [f] de Família. Por isso um falante que domina mais o Bijagó vai trocar esses sons pelos que mais se parecem com eles na sua língua, ou seja, “L” por “D” “F” por “P” “V” por “B”. Vale salientar que muitas palavras do crioulo, que derivaram do português, iniciadas pela letra B são escritas em português com V. Como exemplos temos “vida” que, na variedade mais antiga do crioulo/*kriol Fundo*, corresponde à *Bida*. A palavra “vassoura” passou para *Bassora* e sofreu a monotongação.

Estes e vários outros exemplos podem ser encontrados no crioulo guineense e são resultados de fatores geográficos influenciados pela concentração de certos povos em áreas específicas, onde a língua predominante não é o crioulo. Fatores próprios dessas regiões acabam interferindo na formação desses aspectos linguísticos próprios, conforme Cardoso (2010, p.48) nos explica quando diz que “[...] os lugares, as áreas não existem nas ciências humanas como espaços físicos em si, mas como espaços sociais. Definem-se não por coordenadas no fundo astronômicas ou geofísicas, mas pelos traços histórico-culturais das sociedades humanas ou segmentos delas que os ocupam.” Essa afirmação defende a ideia de que não devemos ver essas variações regionais como apenas condicionadas pelos limites fronteiriços, mas sim como fruto

das organizações sociais, dos aspectos de suas culturas e como esses aspectos refletem nas suas manifestações linguísticas.

Além da variação regional ou diatópica, as línguas variam também socialmente o que geralmente é denominado por Variação Diastrática. Como todas as sociedades do mundo, a da Guiné-Bissau também apresenta diferenças sociais relativas às questões de classe, de gênero, de escolaridade etc., e essas diferenças influem na formação de aspectos sociais ligados à língua. Nesse caso, o crioulo guineense:

[...]varia também diastraticamente, o que em geral se chama de variação social, uma vez que tem a ver com o nível socioeconômico e/ou cultural dos falantes. Isso a comunidade de fala guineense é um continuum, que vai desde as línguas nativas até o português lusitano, passando pelo crioulo nativizado, o crioulo aportuguesado <sup>9</sup>e o português acrioulado, que é o português guineense propriamente dito. (COUTO e EMBALO, 2010, p.35)

No que diz respeito à variação social ou diastrática, no contexto guineense, é complicado afirmar que a diferença na classe social constitui uma clara variação do modo de falar o crioulo, pois, sendo uma língua que não é ensinada nas escolas e que não tem uma gramática normativa digamos, “geral” ou universal para todos os falantes do crioulo, (o que explicaria a diferença de modo de falar o Crioulo de uma pode se ver pessoas de alta classe social, economicamente bem posicionadas, com uma variedade menos prestigiada do crioulo. Trata-se de variedades que trazem marcas de línguas étnicas e, por isso, não são consideradas variações de prestígio. Em muitos casos, essas variações são zombadas pelas pessoas, por falantes das regiões mais urbanas, e que possuem uma variedade linguística, na sua maioria, como um crioulo “aportuguesado”. É normal encontrar ministros, altas chefias militares e membros do alto escalão do governo com variações do crioulo que contam com marcas de suas línguas maternas.

Entretanto, a elite intelectual guineense utiliza uma variação do crioulo não muito distante do Português. Nesse caso, suas falas são facilmente compreendidas por um falante do português que não entende o crioulo e, ao mesmo tempo, dificilmente compreendida por falantes do crioulo que não têm muito conhecimento da língua portuguesa.

A variação Diafásica diz respeito às formas de variação linguística condicionadas pela situação de interação, ou seja, o meio, o nível de formalidade, etc. De acordo com Cardoso (2010, p 58), “[...]o comportamento de um mesmo informante não se apresenta idêntico em

---

<sup>9</sup> Essa adjetivação dessa variação do crioulo reflete a ideia de que a referida variação se aproxima mais do português do que as demais, reforçando preconceitos, positivos e negativos sobre ela.

situações diferenciadas.” Na Guiné-Bissau, jovens entre 14 e 25 anos tendem a manter um certo tipo de interação em crioulo que muda completamente quando falam, por exemplo, com os professores na rua, ou até mesmo com seus pais. Em dois momentos diferentes de interação é possível encontrar diálogos como:

- a) – *ikuma Gora nha Dret?* ( Como você está meu parceiro?)  
 - *Yah N’sta fixe, abo gora?* (Sim, eu estou bem, e você?)
- b) -*Kuma ku bu sta titio?* (Como você está tio?)  
 -*Nsta bem Purssor.* (Estou bem, professor.)

No diálogo (a), temos uma situação de conversa mantida por jovens da mesma faixa etária e, portanto, sem muita formalidade. Pode se ver usos de gírias, como “*Dret*” “*yah*” e “*Fixe*”. Entretanto, em (b), a situação de interação é bem diferente, na qual o jovem pergunta ao tio como ele está, sem o uso de gírias. No contexto guineense, este é um sinal de respeito do locutor mais jovem para com o seu interlocutor de mais idade. Portanto, nos diálogos com os mais velhos, o jeito de falar muda, e ao responder a pergunta do professor, também não usou gírias, limitando-se a responder que estava bem. Se dirigiu a ele pelo título de “*Purssor*”, que é a forma usada no crioulo tradicional para “professor”, em português. Em crioulo “aportuguesado” não é comum os alunos se dirigirem aos professores pelo nome. Todavia essas ocorrências não acontecem em todos os casos.

Há também a variação linguística identificada pela faixa etária dos falantes, na qual, como geralmente fala-se na Guiné Bissau, o “melhor crioulo” ou “Kriol Fundo” é falado apenas por pessoas mais velhas, ou por pessoas que foram criadas pelos avós, ou ainda por pessoas que possuíram convivência, na maior parte do tempo, com os mais velhos. De acordo com Cardoso (2010), “Rousselot(1891) já exortava que o conhecimento da idade dos falantes é indispensável para que se possam comparar as divergências entre o falar dos jovens e aquele dos idosos e determinar o seu ponto de origem.” Contudo, apesar dos mais velhos serem considerados os que falam o “melhor crioulo”, esses “mais velhos”, se pertencerem, por exemplo a grupo *fula*, tendo língua *fula* como sua língua materna, já não entram nessa lista de *guintes garandi ku ta papia mindjor kriol* (pessoas de idade que falam o melhor crioulo), dadas as marcas que sua língua materna imprime na pronúncia do crioulo. Isso acontece com pessoas de todas as idades quando trazem consigo aspectos de sua língua materna para o crioulo, principalmente aspectos fonéticos.

No entanto, para idosos de regiões como *Bolama, Geba, Cacheu, Bissau*, entre outras cidades, que têm o crioulo como primeira língua, o seu jeito de falar vai ser diferente com relação às pessoas mais jovens. Entretanto, é difícil abordar a variação Diagenérica no Crioulo Guineense, visto que não se nota muita diferença entre a forma como as mulheres e os homens falam respectivamente. Porém o fator acadêmico interfere bastante na introdução de termos em português no crioulo da Guiné Bissau. Pode se dizer que os homens usam mais a variação do crioulo aportuguesado em detrimento das mulheres, uma vez que há mais homens nas escolas do que mulheres, por consequência de inúmeros fatores sociais como o casamento precoce por parte das meninas, e a designação de tarefas domésticas desde muito novas. Mendes (2019, p.193), sobre isso, explica que “[...]os estudos apontam que quando uma menina casa precocemente tem a maior probabilidade de evadir da escola para cuidar das tarefas e obrigações domésticas”

Muito embora o crioulo não seja ensinado nas escolas, é um meio que favorece a criação de aspetos linguísticos que resultam na variante linguística conhecida como “Crioulo aportuguesado” e, pelas razões expostas anteriormente, os homens tendem a usar mais essa variante em relação às mulheres. Atualmente, o crioulo falado nos centros urbanos tem muitos empréstimos do português, por consequência das questões políticas e socioeconômicas. Segundo Couto e Embalo (2013), essa variante é chamada de “crioulo aportuguesado”, na qual é possível encontrar frases inteiramente portuguesas. Segundo os autores, essa é uma das variações apresentadas pelo crioulo.

No contexto Guineense, onde o crioulo guineense é a língua falada pela maioria da população, a língua portuguesa é ensinada de forma questionável como língua materna, possui seu ensino realizado sem uma preocupação reflexiva, conforme defendem Santana e Neves (2015) quanto às formas de falar a língua e suas variações, englobando o pensamento crítico sobre a existência de uma língua oficial para a escrita e outras formas para outros usos. As reflexões sobre as variações que uma língua possui e adquire ao longo de sua existência são necessárias ao entendimento das diversidades sociais e para que se evite as formas praticadas de preconceito linguístico.

No que diz respeito ao crioulo guineense, essa realidade é ainda mais complexa, uma vez que o idioma não sendo considerado nem mesmo oficial pelo Estado guineense, não recebe qualquer tratamento do governo para que as diversidades socioculturais guineenses sejam estudadas, respeitadas e entendidas pelos alunos e alunas do país. O crioulo é a primeira língua de muitos guineenses que, ao entrarem nos primeiros anos na escola, são obrigados a deixar essa língua fora do contexto escolar de aprendizado. Fato que acaba favorecendo o preconceito

linguístico, pois o crioulo acaba sendo considerado por muitos guineenses como uma forma “errada” do Português.

De acordo com Geraldi (1997, p.50 *apud* Santana; Neves, 2015, p.78), “[...]língua é o conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade, reconhecidas como heterogêneas. Isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua.” Fica claro, portanto, que as línguas exercem seus papéis sociais apesar de suas possíveis variações não podendo, dessa forma, haver uma distinção de valor entre as diferentes variações de uma língua. Santana e Neves (2015) reforçam a ideia de que a homogeneidade entre os seres humanos é algo inatingível, não sendo possível uma única forma linguística para contemplar a diversidade social.

Essa discussão traz à luz um debate interessante para a formação linguística guineense, visto que, além das mais de 20 línguas diferentes, existe uma língua que é de uso comum entre os diferentes povos constituintes do mosaico cultural e social da Guiné-Bissau, que é o Crioulo. Por várias razões, essa língua apresenta formas diferentes de se falar a mesma coisa, está presente em práticas e situações linguísticas diferentes, representando ideologias e identidades distintas, ou seja, uma língua que se manifesta por diversas “variações”.

Como já foi visto, os diferentes povos trazem consigo fatores próprios de sua cultura nas suas manifestações linguísticas. Assim sendo, ao falar o Crioulo, os guineenses introduzem esses aspectos do meio onde vivem, seus costumes, entre outros aspectos que fazem parte das suas culturas. Como consequência, essas peculiaridades trazidas para o crioulo culminam com as diferentes formas que podem ser vistas no cotidiano da fala do Guineense (as variações do crioulo).

Sobre as mudanças próprias que as línguas sofrem em suas dinâmicas, Bagno (2008, p. 136 *apud* Santana; Neves, 2015 p.79) explica que:

Muitas coisas mudam, adaptando-se à necessidade da vida cotidiana dos sujeitos, criam-se coisas novas para uma necessidade que, há tempos atrás não era imprescindível, como o uso do celular ou computador. O mesmo acontece com a língua, que perde e ganha novas palavras com o passar dos anos. Porém este fato não a deixará pobre, uma vez que a proporção de criação de novas palavras é em ritmo muito mais veloz do que o desuso de certas palavras, pois “a língua não é um bloco compacto, homogêneo, parado no tempo e no espaço, mas sim um universo complexo, rico, dinâmico e heterogêneo.

O trecho supracitado, deixa evidente a necessidade que os seres humanos têm de se mudar ao longo dos anos e a língua, como sendo algo inerente às culturas, tendem a acompanhar esse movimento, resultando, assim, em surgimento de novos termos, ou até na mudança de

alguns vocábulos e formas de dizer, de acordo com a necessidade comunicativa de seus falantes. O crioulo, nesse caso, não fugiu à regra. É comum encontrar vocábulos e expressões entre os mais jovens que são empréstimos do inglês e/ou do francês nas suas falas, como por exemplo a expressão “*Ya*” – uma das variações do vocábulo “*Yes*”, que equivale a “sim”, em Português – ou “*walá*” – um empréstimo do “*Wolof*”, língua veicular do Senegal, adaptação da expressão francesa “*Voilà*” que, em português, significa “aí está”. Essas e várias outras expressões podem ser encontradas no dia a dia do crioulo Guineense, entretanto, dentro do próprio crioulo (sem empréstimos) podem ser encontrados termos diferentes para o mesmo assunto. É esse, por exemplo, o caso da palavra “ensinar” que, no crioulo falado pelos mais velhos, é “*sina*”, contudo alguns jovens usam “*xína*”. Essas duas formas são facilmente compreendidas por qualquer falante do crioulo, como também a expressão “*kalabus*”, que, em um crioulo considerado “puro” e falado em regiões como Bolama, Cacheu, Farim, Bissau e outras regiões urbanas, geralmente por pessoas mais velhas, é uma das variações da palavra “prisão”. Este termo conta com outras formas em crioulo, como “*prison*”, ou mesmo “prisão”, essa última sem nenhuma alteração da forma original em português. Igualmente é praxe ouvir nas ruas de Bissau pessoas dizerem:

- a) *Cada kin tene si <Afér>* do francês *Affaire* (Cada um tem seus afazeres)
- b) *Cada kin tene si <Afazeres>* (Cada um tem seus afazeres)
- c) *Cada kin tene de <fasi>* (Cada um tem seus afazeres)

A forma em (a) reflete a influência que o francês exerce sobre as línguas guineenses, sim, porque é possível encontrar expressões francesas até nas línguas étnicas da Guiné, isto porque o país, como já visto, faz fronteira com o Senegal que é um país que foi colonizado pela França; e também, tem divisa com a Guiné-Conacri outra ex-colônia francesa e por conseguinte existem muitos emigrantes guineenses nesses países, além de muitos guineenses que estudam nos países que fazem fronteira com a Guiné-Bissau, estes países tiveram um papel importantíssimo no processo da luta de independência da Guiné Bissau.

A forma representada em (b) é correspondente a variante Crioulo aportuguesado<sup>10</sup>, pois conta com o empréstimo de um termo do português que não é comum no Crioulo

---

<sup>10</sup> Variação do crioulo com muitos empréstimos do Português.

tradicional<sup>11</sup> ou no Crioulo nativizado<sup>12</sup>, “Afazerer” que tem como sinônimos negócios, encargos, compromissos, obrigações, ocupações etc.

Em (c) é observável a forma mais recorrente nas falas do crioulo tradicional, o considerado “*kriol Puro*”.

Entretanto, todas essas formas são usadas tanto por falantes do crioulo tradicional quanto por falantes do crioulo aportuguesado e nativizado, dependendo do contexto de interação e da influência do meio. Trata-se de variações linguísticas perceptíveis nas formas orais de usos do crioulo guineense, uma vez que não há, ainda, uma escrita oficial desta língua, a normatização de seus usos, nem uma política oficial de escrita e de ensino desta língua.

Historicamente a língua falada precede a tradição da escrita (MARCUSCHI, 2007). Ela é uma manifestação da prática social, e está presente em todos os contextos sociais de nossas vidas. O autor ainda afirma “[...] que os usos da escrita, no entanto, quando arraigados numa dada sociedade, impõem-se com uma violência inusitada e adquirem um valor social até superior à oralidade” (MARCUSCHI, 2007, p. 17). Essa reflexão é importante pra se entender os fatores que motivam o desprestígio de uma determinada língua, em que a cultura da escrita é supervalorizada em detrimento da cultura oral. As sociedades de tradição oral, como as da Guiné Bissau, tendem a sofrer com esse desprestígio de suas manifestações culturais, pois possuem muita pouca coisa escrita, tanto na literatura, como na sua rica história e diversidade de seu povo. Nisso, a sua língua, considerada “ágrafa” pois não tem um dicionário ou uma gramática normativa oficial, não é muito valorizada.

No passado, inclusive foram consideradas línguas pobres, feias, primitivas, não passando de uma forma errada de se falar o português. Com isso, o colonizador, que já possuía uma língua com estruturas previamente descritas, com gramática, dicionário etc., classificava a língua do povo dominado como uma parte deficiente de sua “majestosa” Língua, imperando assim a sua cultura. Este fato até hoje faz a cabeça das pessoas, pois muitos Guineenses acreditam que o crioulo não é bem uma língua e, ainda que seja, não se pode colocá-lo no patamar do português.

Na Guiné Bissau, no entanto, todas as regras gramaticais da língua portuguesa ensinadas nas escolas, correspondem à norma padrão de Portugal. É como se, no subconsciente das pessoas, existisse uma espécie de obediência eterna a Portugal, fato condicionado pela violência que foi a dominação colonial, que mesmo apesar de independente, em 1973, faz com que a Guiné-Bissau ainda sofra uma espécie de neocolonialismo social, cultural e,

---

<sup>11</sup> A variação do crioulo falada pelos mais velhos, *Kriol fundo/puro*

<sup>12</sup> Crioulo com traços de línguas nativas guineenses (Ver Couto e Embalo, 2013, p.31)

consequentemente, linguístico, dentro do qual as instituições de ensino Guineenses são os principais propagadores desse pensamento colonial.

### 3.3 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Todo e qualquer preconceito fundamenta-se, basicamente em ideias preconcebidas sobre determinados assuntos específicos. Em geral, é uma forma de aplicação de juízo de valor, ao se considerar aquilo que é ou não é correto, tendo como referência valores e as bases sociais e ideológicas de uma sociedade e de quem reproduz esse comportamento. De acordo com Silom (2019, p.23) “A palavra preconceito deriva do latim “*pre*”, que significa antecipação, adiantamento, e do sufixo “*concéptus*” que significa ação de conter, ou opinião. Portanto o preconceito é o ato de julgar antes de obter o conhecimento necessário sobre o assunto, isto é, um pré-julgamento.

Por conseguinte, o chamado “preconceito linguístico” está ligado às formas como as pessoas classificam negativa ou positivamente as manifestações linguísticas de outras pessoas. Isso inclui os sotaques regionais, as gírias identitárias, as formas específicas de falar de determinados grupos sociais, jargões, variantes linguísticas desprestigiadas e marginalizadas e toda forma de discriminação de falantes a partir de suas manifestações linguísticas.

É o caso, por exemplo, da afirmação de que o crioulo falado por pessoas que dominam a língua *Fula* é errado, por conta de estes trazerem aspetos de sua cultura quando falam o crioulo, sobretudo na fonética. Igualmente, afirmações que classificam aqueles que “falam bem” o crioulo como pessoas “mais inteligentes” que os que falam o crioulo com sotaque de Balanta, também é uma evidência de preconceito com relação à língua. Inclui-se nesta situação os discursos que defendem que o melhor crioulo é aquele que é falado por pessoas mais velhas, ou os mais jovens, ou que contam com empréstimos do português, ou que, por um motivo ou outro, uma língua é “estragada”. Ou então, ainda, a afirmação de que quem fala “bem o português” é “mais inteligente e culto” do que quem não fala efetivamente um “Bom Português”. Todas essas afirmações constituem formas de manifestação do preconceito linguístico.

De acordo com Silom (2019, p.23-24),

Um dos tipos de preconceito mais presente na Guiné-Bissau é o preconceito linguístico, que pode ser notado a partir do julgamento das 24 variações de sotaques de um grupo, quando se compara ao falar de uma pessoa da região de Bafatá e de uma pessoa que vive na capital (Bissau) e emite-se um juízo de valor. Além disso, há outros fatos de preconceito linguístico muito presente no território, como a comparação do

guineense falado com características de diferentes grupos locais. O exemplo mais evidente é a variedade guineense com características da língua fula e *balanta*, pois, quando uma pessoa fala a variedade de guineense com características de língua *balanta* é considerada uma pessoa que não sabe falar o guineense, atrasado e não civilizado. Na perspectiva dessas pessoas, saber falar guineense é falar sem apresentar sotaque de outras línguas locais.

O autor, fala de como esses preconceitos se manifestam no território guineense e que, em muito dos casos, os falantes de variações consideradas “erradas” se sentem excluídos pelo pré-julgamento pejorativo que as pessoas disseminam sobre suas formas de falar o crioulo. Algo que, já como visto, é reflexo dos discursos construídos para valorizarem uma língua e, automaticamente desvalorizarem outras línguas faladas pelas pessoas de um mesmo grupo social. Isso, na verdade, é uma estratégia do colonialismo e que perdura no pensamento das pessoas que, na atualidade, ainda encontram-se dominadas pelo pensamento colonial.

O preconceito que o próprio crioulo sofreu dos portugueses, que consideravam-no como uma imitação deficiente do Português é hoje reproduzido pelos guineenses tanto na relação entre a língua portuguesa e o crioulo guineense, quanto na relação entre as variantes do crioulo guineense e desta língua em relação às demais línguas locais. O colonialismo linguístico (MARIANI, 2013) que outrora garantia prestígio e poder aos falantes da língua colonial, atualmente é reproduzido nas manifestações de prestígio social dadas aos falantes do “melhor crioulo”, assim como nas considerações dadas ao crioulo e não oferecidas democraticamente às demais línguas guineenses e seus falantes.

É preciso desenvolver uma análise cuidadosa a respeito dos discursos que são criados e mantidos sobre as línguas guineenses, observando as práticas do cotidiano, do Estado e dos indivíduos, no sentido de perceber em que medida as pessoas estão contribuindo para a manutenção de um colonialismo atual, inclusive linguístico. Muitas das vezes, mitos sobre as línguas são criados e reproduzidos sem que haja uma reflexão e um debate mais amplo a respeito das “verdades” que os embasam. É disto que trata o próximo capítulo deste trabalho de conclusão de curso.

## 4 CAPÍTULO III

### 4.1 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo trata das diversas manifestações possíveis de formas preconceituosas que os guineenses praticam com relação às questões linguísticas do país. A ideia de que há uma língua superior à outra, ou uma variação linguística superior às demais produz ações discriminatórias entre as línguas e seus falantes, assim como estabelece prestígios sociolinguísticos diferenciados. É preciso entender como os discursos que discriminam e inferiorizam as línguas e seus falantes são construídos, bem como perceber as formas de manifestação desses discursos e atitudes sociolinguísticas que busquem a desconstrução do preconceito linguístico e a construção do respeito à diversidade linguística como forma de exercer a cidadania e a democracia.

Nesse sentido, optamos por analisar as práticas linguísticas guineenses baseado nos mitos linguísticos apresentados por Marcos Bagno (1999), buscando entender como os mitos podem ser percebidos dentro do contexto guineense, não apenas na relação estabelecida entre a língua portuguesa e o crioulo guineense, mas também na relação entre as diversas variações linguísticas do crioulo guineense. Percebe-se que uma lógica linguística colonial, que categoriza línguas e indivíduos em favor da cultura da matriz colonial, tem se manifestado no pensamento dos guineenses sobre as variações do crioulo da Guiné-Bissau, igualmente desvalorizando algumas variações e reforçando a ilusão de uma variação “superior” às demais, tratada com mais prestígio social e político.

No texto de Bagno, o autor apresenta oito mitos linguísticos pautados na realidade da variação brasileira da língua portuguesa, que ele chama de “mitologia linguística”. Neste estudo de conclusão de curso, faremos um esforço em analisar cada um desses mitos dentro do contexto sociolinguístico do crioulo guineense e de seus falantes, buscando compreender como cada um se manifesta nessas situações específicas. Os mitos apresentados por Bagno são: 1 – A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente; 2 – Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português; 3 – Português é muito difícil; 4 – As pessoas sem instrução falam tudo errado; 5 – O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão; 6 – O certo é falar assim porque se escreve assim; 7 – É preciso saber gramática para falar e escrever bem; 8 – O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

O que tentarei desenvolver aqui é uma discussão sobre a mitologia linguística guineense, tendo por base os mitos apresentados por Bagno, porém realizando as adaptações necessárias à realidade linguística vivenciada na Guiné-Bissau.

#### 4.2 1º MITO: A MAIORIA DA POPULAÇÃO GUINEENSE FALA CRIOULO

A afirmação acima passa a ideia de que a maioria dos Guineenses fala crioulo, o que não deixa de ser verdade. Contudo, a ideia do Crioulo como uma língua de unidade nacional se enquadra num contexto Multilíngue, como é o caso da Guiné Bissau, onde se tem uma diversidade linguística bastante extensa, pois existem várias línguas convivendo simultaneamente. Essas línguas são oriundas dos mais de 20 grupos étnicos existentes no território Guineense, e o crioulo serve como uma língua que todos esses grupos têm em comum, formando assim um elo linguístico nacional.

Entretanto, estes diferentes grupos, pelo fato de viverem em áreas diferentes e por serem culturalmente distintos, possuem suas respectivas línguas, tendo, portanto, formas diferentes de falar o crioulo. Afirmar que todos os Guineenses falam o crioulo também passa a ideia de que o falar crioulo de um *Mandjako*, que vive no extremo norte do País, é igual ao de um *Fula*, da *tabanca* mais distante da Região de Gabu, por exemplo. Ou a forma como um jovem de 20 anos, que cursa Direito na Faculdade de Direitos de Bissau, fala um crioulo igual ao do *Homi Garandi*<sup>13</sup>, de 70 anos, que vive em *Bolama*. Certamente que essas pessoas não se expressam de forma igual, pois existem fatores que condicionam as diferentes formas de se falar o mesmo Crioulo.

De acordo com Bortoni-Ricardo (1984, apud BAGNO 1999, p.18), um estudo feito nas periferias de Brasília e publicado no artigo “Problemas de comunicação interdialetoal” afirma que:

A ideia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista linguístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de consequências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los.

A pesquisa em questão trata-se das variedades do Português faladas no Brasil, e a das consequências do não reconhecimento dessas variedades. A autora acredita que as pessoas que

---

<sup>13</sup> Essa expressão na Guiné Bissau é usada para designar Pessoas idosas, também pra pessoas de grande respeito e admiração na sociedade

falam as variedades desprestigiadas acabam por não usufruir de vários serviços públicos a que têm direito pelo fato de não compreenderem a linguagem usada pelos órgãos Públicos. Esse mesmo quadro linguístico se verifica na Guiné-Bissau, onde os documentos oficiais não são publicados em crioulo. Uma vez que o país tem como língua oficial apenas o português, todos os documentos oficiais são publicados na língua portuguesa, causando assim um problema de compreensão maior para vários Guineenses.

É sabido que, a maioria da população guineense compreende o mínimo do português, entretanto o foco do nosso trabalho é sobre o crioulo, que é a língua mais falada no país. Mesmo não sendo a língua oficial, é a língua de comunicação e de interação cotidiana na Guiné-Bissau e conta com diferentes variações. Assim como acontece com o Português do Brasil, existem variações do crioulo guineense que são desprestigiadas e os falantes dessas variações, às vezes, não compreendem muito do que é falado pelos falantes do crioulo que têm uma formação acadêmica superior. Estes indivíduos acabam usando muitos vocábulos “emprestados” do português.

Existem alguns programas radiofônicos, como “O grande júri”, por exemplo, no qual juristas abordam temas sociais e do cotidiano político guineense. Esses programas, ou pelo menos alguns deles (se não a maioria), são emitidos em crioulo, contudo as linguagens usadas para abordar temas referentes à sociedade Guineense não é, muitas das vezes, compreendida por várias pessoas que não fazem parte desse grupo que tem essa variedade do Crioulo e alguns assuntos de utilidade pública passam à margem dessas pessoas. Existem também programas (*Nó Kunsi Diabete*, *Viva Saúde* etc.) que falam da saúde pública, no qual vão técnicos de saúde de diversas áreas para abordar temas importantes. Porém, as linguagens usadas não são compreendidas por muitos Guineenses que desconhecem muitos dos vocábulos empregados durante as abordagens.

Por estes e vários outros motivos é que não se deve crer que todos os Guineenses falam o mesmo crioulo. Marcos Bagno (1999, p.18) ainda afirma, com base na mesma autora, que:

[...] não se confunda a ideia de “monolingüismo” com a de “homogeneidade lingüística”. O fato de no Brasil o português ser a língua da imensa maioria da população não implica, automaticamente, que esse português seja um bloco compacto, coeso e homogêneo. Na verdade, como costume dizer, o que habitualmente chamamos de português é um grande “balaio de gatos”, onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idosos, recém-nascidos, gordos, magros, bem-nutridos, famintos etc. Cada um desses “gatos” é uma variedade do português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional.

Essa afirmação vai ao encontro do que afirmamos anteriormente sobre o Crioulo ser a língua de unidade nacional. A diferença, no entanto, é o fato da Guiné-Bissau não apresentar um quadro monolíngüístico, pois, como já visto, ela conta com mais de 20 línguas diferentes, convivendo simultaneamente com a língua oficial, que é o Português, e com o próprio crioulo. Entretanto, essa ideia de ser a língua falada pela maioria dos guineenses não pressupõe uma unidade Linguística, pois o crioulo falado pelos guineenses não é homogêneo. O crioulo difere de acordo com a circunstância comunicativa e as pessoas que usam esse idioma, difere também no tempo e no espaço. Como exemplos, temos a forma como alguns *Fulas* ou *Balantas* falam “*zanela*”, “*zelo*”, “*zinástica*” e “*sicote*<sup>14</sup>” diferente da forma como alguns falantes de Bissau vão falar “*janela*”, “*gelo*”, “*ginastica*” e “*chicote*”, respetivamente. Há também a forma como os mais velhos falam em relação aos mais novos, além das várias formas diferentes de se falar o mesmo Crioulo. Contudo, essas diferenças não significam que alguma variação é relativamente superior, melhor, ou mais bonita que as outras. Cada uma dessas variações incorpora fatores próprios dos grupos que as usam, suprimindo as necessidades comunicativas de seus falantes.

As línguas mudam, ganham novos vocábulos novas expressões e formas de dizer e a forma de pronunciar algumas palavras, por exemplo, tendem a ser diferentes, porque as sociedades são diferentes, as pessoas são diferentes, e a língua não é indiferente. Portanto, deve se dar uma atenção especial a esse fator que caracteriza o panorama linguístico guineense, especialmente ao crioulo que é a língua de afinidade da maioria dos Guineenses.

A ideia da língua oficial influencia muito no mito da unidade linguística, sobretudo em um contexto de passado colonial que oficializa apenas a língua do colonizador, como é o caso da Guiné-Bissau. Já se tem uma “discussão”, ainda informal, sobre uma eventual oficialização do crioulo e, conseqüentemente, sua implementação no sistema de ensino Guineense. Apesar de ser usado informalmente pelos professores para facilitar a compreensão dos alunos em algumas matérias escolares, lecionadas em Português.

Em termos de ensino de línguas, há outras línguas que são ensinadas nas escolas guineenses, tais como o francês, o inglês, o árabe etc., representando o ensino de línguas estrangeiras. O crioulo também é usado, principalmente, no processo de alfabetização de

---

<sup>14</sup> A maioria dos grupos étnicos guineenses (com exceção de uma pequeníssima parcela) pronunciam assim as palavras em crioulo com “Ch” “X” “J” e “G” quando esta é seguida por consoantes “i” e “E” respetivamente, em nomes próprios ou em palavras derivadas do Português (**G**elo, **j**anela, **f**ixe, etc.) então eles substituem os sons [ʒ] por [Z], e [ʃ] por [s]. Então, os indivíduos que dominam as línguas étnicas que não contêm esses sons, quando os encontram no crioulo tendem a substituí-los pelos sons mais próximos destes no seu idioma, por isso usam (**Z**elo, **Z**anela, **F**issi etc.) esse é uma das formas que mais sofre o preconceito linguístico na Guiné Bissau.

crianças e alguns projetos de alfabetização de adultos. De acordo com Couto & Embalo (2010) “Apesar de oficialmente proibido, os professores têm que fazer uso dele nos primeiros anos, oralmente, porque se falam em português não são entendidos pelas crianças. Nesse caso, como poderiam alfabetizar? Na verdade, nos primeiros anos os professores dão aulas em crioulo para alfabetizar em português.” É preciso salientar, que apesar de ser “proibido” o uso do crioulo em algumas instituições de ensino Guineense, principalmente dentro das salas de aula, algumas instituições alargam a proibição para todo o recinto escolar<sup>15</sup>. Todavia, os alunos têm o hábito de conversarem em crioulo nos corredores e até em sala de aula, desafiando, assim, a imposição da língua portuguesa, em explícita prática de uma “resistência linguística”, assim como nossos bravos combatentes faziam, preferindo não escolher o Português como a língua de comunicação entre os diferentes povos que tinham línguas diferentes. Entretanto, mesmo depois da desocupação colonial, ainda é imposto o uso da língua do colonizador no ambiente escolar.

Vale ressaltar, conforme os exemplos do cotidiano escolar dados anteriormente, que o crioulo ainda não é o de língua de ensino na Guiné Bissau. Porém, como a escola deve ter o papel de inclusão, promovendo uma postura o mais democrática possível, seria de extrema importância a abordagem das variedades do crioulo nas escolas como sendo resultado da heterogeneidade da sociedade Guineense, a fim de amenizar a questão do preconceito linguístico, visivelmente presente no pensamento e no comportamento dos Guineenses. De acordo com Santana & Neves (2015), “A escola não pode discriminar o estudante pelo seu jeito de se comunicar. Pois, essa maneira de falar representa muito mais que um processo comunicativo, é a identidade do falante. Nela, é possível perceber de onde vem este falante, a que classe social pertence, que cultura possui, etc.”

Voltando ao contexto brasileiro, a questão das variações linguísticas já é um assunto reconhecido e abordado pelo Ministério da Educação. Bagno (1999) relata que pode se ler nos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados pelo Ministério da Educação e do Desporto, em 1998, que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua. Ministério da educação e dos desportos (MEC,1998, apud BAGNO 1999, p.19).

<sup>15</sup> Na escola onde eu estudei de 4ª à 10ª classe o aluno corria o risco de levar uma falta indisciplinar caso fosse pego a falar o crioulo no recinto escolar e conseqüentemente de levar uma suspensão caso acumule essas faltas.

Como já visto, as variações linguísticas acontecem naturalmente, e, portanto, é um fenômeno que faz parte da forma como as línguas são constituídas e utilizadas por seus falantes. O crioulo teve sua criação com base nas junções de várias línguas, por esse motivo, deve se ter um cuidado extra ao afirmar que uma determinada forma de se falar o crioulo é relativamente melhor que outras. Tanto o crioulo mais tradicional, como as demais variações, conta com aspetos próprios de grupos ou regiões que as usam e servem aos propósitos comunicacionais para os quais são usados. Logo, contam com complexidades e padrões assim como quaisquer outras formas linguísticas.

#### 4.3 2º MITO: O “MELHOR” CRIOULO - ONDE SE FALA O MELHOR CRIOULO? DJINTES DE TABANKA KA TA OBI KRIOL DRITO!<sup>16</sup>

Ouve-se sempre, nos “bastidores”, que “o melhor crioulo é falado pelos mais velhos”, ou por pessoas que foram criadas pelos avôs, ou então por pessoas que gostam mais de conversar/conviver com os idosos e, por esse motivo, acabam aprendendo a variante mais arcaica do crioulo ou o *Kriol Fundo*. Também é comum ouvir que o melhor crioulo é o *kriol de Djiba* – Geba, interior de Bafatá uma das 8 regiões do país – o crioulo de Bolama, o de Cacheu, e o de Bissau. Este último, atualmente, com um forte crescimento da variante do crioulo que é classificado como “crioulo aportuguesado”, geralmente falado por pessoas com um nível acadêmico superior. Acredita-se que eles preferem falar dessa forma pelo fato do Português ter um certo status no país e, quanto mais a pessoa fala um crioulo muito próximo da língua portuguesa, mais próximo fica de ser considerada como uma pessoa “cult”, “instruída” e “de classe”.

Por esse motivo, às vezes, se vê pessoas que nunca frequentaram a escola, ou que frequentaram a escola por um curto tempo, cuja expressão é cheia de vocábulos em português pra se estabelecer na comunidade como uma pessoa “inteligente” e, conseqüentemente, de *status*. Segundo Couto & Embalo (2010, p.35) “O crioulo aportuguesado contém muitos empréstimos lexicais do português e, às vezes, até expressões inteiras nessa língua.” Segundo

---

<sup>16</sup> O termo “Obi”, traduzido para português, significa “Ouvir”, e no crioulo é usado tanto para Ouvir/escutar com os ouvidos, compreender ou se comportar. Exemplo <*Djintes de tabanka ka ta obi kriol drito*> que, em tradução literal, seria “As pessoas do sertão/ aldeia não ouvem bem o Crioulo”. Entretanto, em crioulo, a frase quer dizer “As pessoas que vivem nas zonas rurais não sabem falar ou não compreendem bem o crioulo”. Igualmente o termo “Obi” é usado por algumas pessoas com o sentido de “Sentir”, quando acompanha o substantivo “Cheiro”. Por exemplo, <*Nka obi Tchêro*> que, em tradução literal, seria “Não **ouvi** o cheiro”, mas, nesse caso específico, é usado como **sentir** (o cheiro). O termo também é usado para classificar atitude de uma criança ou adulto briguento e que tem o hábito de xingar outras pessoas. Diz-se <*Tal Flano ka ta Obi*> que seria, em português, “O fulano tal não ouve.”

eles, um falante dessa variante do crioulo é facilmente compreendido por um falante do português já que, o falante do crioulo aportuguesado, vai usar do seu conhecimento do português para introduzir diversos vocábulos do português no crioulo, alguns com pouquíssimas mudanças como se vê no exemplo abaixo

*Olá ña parentis. Alê-nu li. A nos i prujetu Guiné-Bissau CONTRIBUTO. A partir di aos no kumsa un novu faze na forma di komunika ku bôs ke sta na tera, pabia konsiensializason, sensibilizason i muito importanti na formason dun novu mentalidadi ke no misti pa tudo gineensi. Purke, ora ke na forma homin novu pa no tera, homin sin qui vísius d’antigamenti, homin konsienti de si papel na sociedadadi, nô pudi pensa realmenti na grandi disenvolvimento ki tudu gintes ta papia pa Giné, ma ki i difícil konseguí sin ki formason di mentalidadi. (COUTO & EMBALO, 2010, p.36)<sup>17</sup>*

Essa variante do crioulo hoje em dia, pode se dizer que é a variante mais falada entre a camada mais jovem da população, principalmente entre os que frequentam algum curso superior, e os que estão nos anos finais do ensino liceal.<sup>18</sup> Como quase todas as variedades do crioulo, essa também sofre bastante preconceito, principalmente por parte dos falantes da variedade mais conservadora (*Kriol fundo*). É rotineiro ouvir frases do tipo “*É Mininus de Gós ta dana kriol*”, que quer dizer “Esses meninos estragam o Crioulo”. Para os falantes do crioulo “tradicional”, a variedade “crioulo aportuguesado” é uma variedade que coloca em risco a “integridade” do *Kriol fundo* e, por esse motivo, acredita-se que é uma deformação do “crioulo puro”. Isso acontece da mesma forma que, outrora, a própria língua crioula da Guiné-Bissau fora desprestigiada e considerada, pelos colonizadores, uma deformação do Português, como relatam Couto e Embalo (2010, p.32) “[...]mesmo os raríssimos casos de menção ao que pode ter sido o crioulo não são dignos de confiança, dado o preconceito que os portugueses nutriam em relação a ele (consideravam-no uma deformação do português, “português errado”, “mal falado.”

Essa prática legitima discursos e mitos que condicionaram e condicionam, até hoje, a não valorização do crioulo pelos próprios guineenses, apesar de terem sido vítimas de violência colonial, acreditando que para se ter *status* social elevado é necessário “saber falar bem o português”. Ou, ainda, para a pessoa ser considerada inteligente e bem informada, é necessário

<sup>17</sup> Olá meus irmãos, estamos aqui, nós somos o projeto Guiné Bissau CONTRIBUTO. A partir de hoje começamos uma nova fase na forma de comunicar com vocês que estão no país, porque a conscientização e sensibilização é muito importante para a formação de uma nova mentalidade, que nós queremos para todos os Guineenses. Porque, quando se forma um homem novo para o nosso país, Homem sem aquele vício de antigamente, homem consciente do seu papel na sociedade nós podemos pensar realmente em grande desenvolvimento, que todos falam para a Guiné, mas que é difícil conseguir sem a formação de mentalidade. (Tradução livre minha)

<sup>18</sup> Ensino Liceal, na Guiné Bissau, começa na 7ª classe indo à 12ª classe, correspondente ao ensino secundário do sistema de ensino Guineense.

efetivamente que saiba se comunicar em um “bom português”. Esse movimento vicioso acaba reforçando o preconceito dos falantes da variante “Aportuguesada” para com os falantes do crioulo “Nativizado” ou, para ser mais preciso, o preconceito dos de *Praça*<sup>19</sup> para com os de *Tabanca*<sup>20</sup>, que são aqueles falantes das variações que possuem uma forte presença dos elementos linguísticos de sua língua étnica (elementos fonéticos principalmente). Essa variação, no entanto, é a que mais sofre o preconceito pois, além de pessoas afirmarem que os falantes dessa variante não sabem falar o crioulo, algumas pessoas os consideram não muito inteligentes, “burros”, não “civilizados”, etc.

Como consequência da imposição do português, e da cultura portuguesa no geral, como algo mais “civilizado” e que precisava ser uma referência de civilização e cultura para os guineenses que viviam no antigo território colonial, essas variações “nativizadas” são entendidas como “cômicas” e passíveis de serem “zoadas”. Como relata Silom (2019, p.24) “Essas práticas de preconceito linguístico são apresentadas pelos humoristas locais, como o humorista Sitafá Seide, mais conhecido por Mbaná. O seu humor é baseado em imitar um guineense com sotaque de *balanta*, de igual modo que Samba Tenem imita sotaque de *fula* ao falar guineense.” Tratar as diferenças linguísticas como algo cômico naturaliza a discriminação entre os indivíduos que passam a ver a diferença como sinônimo de valor social, maior ou menor, dentre as línguas guineenses e seus falantes. O Autor ainda reforça que “A sociedade, então, na sua maioria, vê esta prática como normal, isso porque as pessoas são ensinadas que sua língua é melhor do que a outra.” O jeito como os *fulas* falam “*Zanela, Buranco, Góssa*”<sup>21</sup> - em Português ou crioulo de praça “Janela, Branco, Gosta”, respectivamente – ou como os *bijgós* falam “*pidia*” ou “*Pamidia*” – em Português e crioulo “tradicional” e aportuguesado “pilha” e “família”, respectivamente – entre outras expressões da variação do crioulo nativizado, são tidas como “erradas” por falantes das variações urbanas. Esse fato demonstra o preconceito que foi transposto da época colonial para o contexto atual, o que equivale dizer que o colonialismo, na Guiné-Bissau, também foi linguístico.

Mariani (2003 p.74) afirma que:

A colonização linguística (...) se inscreve na ordem de um acontecimento de uma maneira específica: ela se realiza no encontro de várias memórias simbólicas (as línguas, em suas distintas materialidades) com uma atualidade (o (des)encontro lingüareiro, a incompreensão dos sentidos). Como resultado, a colonização linguística

<sup>19</sup> Centros urbanos onde, geralmente, habitavam os governadores coloniais. A maioria das regiões da Guiné Bissau tem um bairro chamado de Praça onde, atualmente, residem as pessoas de classe “media/alta” das sociedades guineenses. Também, na maioria de casos, é onde tem a maior concentração das instituições governamentais.

<sup>20</sup> Cidades pequenas e geralmente distantes das zonas urbanas (sertões).

<sup>21</sup> Essas formas representam como as palavras são pronunciadas.

produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, provoca reorganizações no funcionamento dos sistemas linguísticos além de rupturas em processos semânticos estabilizados.

Na verdade, uma vez que a Guiné Bissau, mesmo apesar de ser um país “livre”, continua tendo a língua portuguesa como a de maior prestígio, a língua imposta na educação e dita como “a nossa língua oficial”, é possível afirmar que continua mantendo esse colonialismo linguístico no pensamento das pessoas e nas práticas sociais sobre as línguas. Ainda que o crioulo seja o idioma mais falado no território, os preconceitos que os colonizadores tinham sobre um suposto dialeto do Português, ou “Português mal falado”, hoje é ainda visto nos discursos fundamentados em ideias sobre o que é “errado” ou “certo” nos usos atuais do crioulo da Guiné Bissau, sobretudo pelos Balantas, pelos Fulas, pelos Papéis, pelos Mandjácós e pelos Mancanhis, dentre outros grupos da Guiné.

Essas pessoas têm suas línguas peculiares, suas culturas e suas zonas onde efetivamente residem e, por esse motivo, têm formas diferentes de falar a língua comum entre os povos (o crioulo), em seus aspectos fonéticos, sintáticos, morfológicos, semânticos, dentre outros. As suas Línguas maternas acabam interferindo no modo como falam o crioulo, o que é perfeitamente normal e compreensível, e isso não deve ser motivo para que falantes de outras variações não “nativizadas” achem que é errado falar *Nhó Pidju*<sup>22</sup> – a forma que os *bijagós* usam pra dizer “*Nha fidju*”, forma mais usada pelos falantes da variante crioulo “tradicional” ou *fundo*. É importante ressaltar que, no crioulo, não há distinção do masculino e feminino, marcado por desinência nominal de gênero “a” ou “o” no final da palavra. No entanto, é possível observar *Nha filho* ou *Nha filha*, na variante “Crioulo aportuguesado”.

Essa “salada linguística” são, na verdade, variações ou diferentes formas de se falar uma mesma língua, a qual está condicionada a vários fatores de ordem social e cultural, como acontece com qualquer outra língua em uso cotidiano. O fato de não existir um crioulo que é considerado “padrão” não quer dizer que essas variações apresentadas não têm seus padrões estabelecidos, ou que as variantes suburbanas e rurais são “pobres”, ou “feias”. Pelo contrário, elas servem (e bem) aos seus falantes para expressarem suas mais diversificadas ideias, sentimentos, emoções etc. São dotadas de complexidades, assim como quaisquer outras formas de expressão linguística, como relata o Bagno (199, p,33) “Nenhum [...] é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas diferentes um do outro e atendem às necessidades linguísticas das comunidades que os usam, necessidades que também são... diferentes!”

---

<sup>22</sup> “Meu filho”, em português.

Dessa forma, não se pode dizer que um certo grupo fala “melhor” o crioulo, pelo fato desse grupo ocupar um certo lugar de prestígio social, e desqualificar a fala de outros grupos, por se encontrarem geograficamente em certas localidades, distantes dos serviços públicos oferecidos pelos órgãos que deveriam servir a todos igualmente. Segundo Bagno (2008, *apud* SANTANA; NEVES, 2015 p.85):

Todos os aprendizes devem ter acesso às variedades linguísticas urbanas de prestígio, não porque sejam as únicas formas “certas” de falar e de escrever, mas porque constituem, junto com outros bens sociais, um direito do cidadão, de modo que ele possa se inserir plenamente na vida urbana contemporânea, ter acesso aos bens culturais mais valorizados e dispor dos mesmos recursos de expressão verbal (oral e escrita) dos membros das elites socioculturais e socioeconômicas.

É importante perceber, com base na fala exposta acima, que essa “democracia linguística” é um caminho de combate ao colonialismo linguístico que ainda hoje é praticado na Guiné-Bissau. A prática de uma democracia linguística não permite dizer, por exemplo, que os mais jovens falam tudo “errado”, ou que os falantes do crioulo aportuguesado “estragam” o crioulo pelo fato de apresentarem um crioulo com muitos empréstimos do português. Muito menos continuar uma crença falsa e preconceituosa de que alguns são mais inteligentes que outros porque falam a língua portuguesa, implicando uma eventual superioridade intelectual. As instituições de ensino têm um papel importante a desempenhar no combate ao preconceito linguístico e outras formas de discriminação presentes na sociedade guineense porque:

Um aluno na escola não pode chegar à conclusão que seus pais são “burros” porque falam errado, não pode achar que as pessoas de sua comunidade são incapazes porque falam errado, não têm valor porque falam errado, ao passo que cultura só está com quem fala o dialeto padrão, que a lógica do raciocínio só pode ser expressa nessa variedade lingüística, que o bom, belo e perfeito só pode ser expresso através das “palavras bonitas” do dialeto-padrão. (CAGLIARI, 2007, *apud* SANTANA; NEVES 2015, p.88)

Os aspectos até aqui apresentados evidenciam o fato das línguas serem dinâmicas, mudando de acordo com a necessidade comunicativa dos seus falantes. Esse fato não deve constituir motivos de achar que uma determinada variação é superior às outras. As variações de uma língua são apenas formas diferentes de uma mesma língua e o que conhecemos por “Crioulo Guineense” é um produto das mais diversas línguas étnicas em contato com o português praticado na Guiné-Bissau, com suas peculiaridades guineenses próprias. Sendo a Guiné Bissau um país constituído de uma sociedade bastante heterogênea, multicultural e multilíngue, os fatores próprios desse contexto acabam interferindo e formando as formas de

manifestações linguísticas que terminam por sofrer bastante preconceito, da parte dos falantes urbanos e dos que detêm um certo status social mais privilegiado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de abordar questões linguísticas relativas ao contexto Guineense, tais como as variações linguísticas e o preconceito linguístico, analisando, a partir de minhas vivências e das práticas sociais guineenses, como essas questões operam nesse contexto específico. Para isso, foi preciso contextualizar a Guiné Bissau de forma ampla, abordando aspectos geográficos, políticos, históricos e humanos, porque para entender o panorama linguístico guineense é necessário entender essas particularidades do país e de seus povos.

Ao longo de três capítulos, abordamos aspectos relativos à formação dos povos guineenses, igualmente como estes estão estruturados, suas línguas, suas organizações sociais e culturais. Falamos sobre os espaços onde efetivamente residem e suas relações com o meio para fins de subsistência e de (re)sistência, visto que, para além das disputas internas por território e espaços de poder, tiveram que lidar com interferências externas, como o colonialismo, o que impactou bastante a configuração social do passado até os momentos atuais.

Este trabalho de conclusão de curso teve como um dos objetivos abordar a colonização sofrida pelos povos guineenses, através de Portugal, mostrando as consequências resultantes desse processo violento e opressor, que deixou marcas como a desigualdade social, exclusão das minorias e o estabelecimento de relações de poderes sociais de prestígio e desprestígio. Além disso, foram causadas rupturas na formação da nação guineense, fato que culminou com instauração de climas de desavenças, conflitos internos, e o atraso no efetivo desenvolvimento do país.

No que diz respeito ao quadro linguístico da Guiné-Bissau, além da imposição da língua colonial portuguesa sobre as línguas guineenses durante o processo colonial, formou-se uma língua que foi resultado da mistura do português (a língua do colonizador) com as mais de vinte línguas nativas que pertencem aos povos que residiam no território guineenses. A essa língua foi dada o nome de Crioulo pelos próprios colonizadores. Segundo a natureza da sua formação, entretanto, como é uma língua pertencente a uma rica e heterogênea sociedade guineense, ela teve sua ressignificação, e o termo (Crioulo) que a priori era pejorativo, ganhou uma nova significação pela sociedade guineense. Não se trata de um “dialeto”, de um falar “crioulo”. É uma língua, a língua do povo guineense que, em sua maioria, fala o crioulo guineense. Essa língua serviu e serve de elo entre os diferentes povos que vivem no território Bissau Guineense, representando, assim, os ideais, a identidade e a cultura dos grupos constituintes do mosaico social e cultural da Guiné-Bissau. O “*Kriol*” para qualquer guineense é uma língua que une a

todos no país, ganhando assim uma significação e simbolismo da unidade da nação guineense. Como toda e qualquer língua, ela também tem suas complexidades, suas estruturas fonéticas, semânticas, morfológicas e lexicais, De acordo com o espaço e os grupos que as usam, como apontam Timbane e Manuel (2019, p.109) “A língua e a cultura estão interligadas. Então, o crioulo hoje não tem nenhuma limitação de âmbito linguístico. É uma língua completa, com a sua própria gramática e especificidades tal como acontece com qualquer outra língua natural do mundo.”

Esse trabalho de conclusão de curso procurou analisar e compreender como funcionam as variações do crioulo e quais as suas consequências. Nesse sentido, o trabalho abordou as variações linguísticas do crioulo, seus condicionantes, e como o desprestígio e consequente exclusão social são operados através de preconceitos linguísticos baseados em ideias distorcidas, ideias opressoras resultantes do colonialismo. Procurou-se mostrar como o português ganhou o *status* de língua oficial e, assim, adquiriu uma posição de poder e prestígio frente às outras línguas nacionais. Ao mesmo tempo, as línguas mais faladas no território são colocadas à margem dos prestígios sociais existentes na sociedade guineense, assim como os preconceitos linguísticos disseminados a respeito da língua portuguesa com relação às demais línguas locais, são transpostos para o crioulo, em suas mais diversificadas variações.

Diante disso, o trabalho procurou discutir o que são esses preconceitos linguísticos, destacando os fatores que os condicionam e suas respectivas consequências práticas no processo de exclusão de grupos sociais menos privilegiados. Mostrou-se também como os discursos discriminatórios são construídos, promovendo “mitos” em torno de uma língua considerada “melhor” ou “superior” às demais, assim como variações de uma língua acabam se tornando mais aceitas que outras, por conta das relações sociais e lugares de poder ocupados pelos seus falantes.

As abordagens feitas basearam-se em estudiosos da Linguística e das questões africanas e guineenses, levaram em consideração minhas vivências como cidadão guineense e os conhecimentos adquiridos ao longo do Curso de Letras e das interlocuções com o professor orientador. Tudo isso me permite dizer que a língua portuguesa terá um lugar social na Guiné-Bissau como língua de comunicação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – mas não representará uma identidade guineense nem conseguirá uma circulação nas práticas comunicativas do país, a não ser que seja imposta, como vem acontecendo desde o colonialismo português no país. O crioulo guineense, como uma língua ativa e largamente usada pelas pessoas do país, garante seu status de língua da identidade nacional, unificando os diversos povos e trazendo de cada um desses marcas linguísticas

identitárias e culturais que promovem as diversas variações dessa língua no país. Não havendo um povo mais importante que outro, não pode haver uma variação melhor que outra, logo, para uma democracia real e linguística, é preciso entender, acolher, respeitar e garantir os direitos de todo e qualquer cidadão guineense em relação à forma como utiliza o crioulo. Isso inclui também uma política de Estado em favor da oficialização desta língua no país e um planejamento linguístico que opere no sentido de garantir o ensino e a respeitabilidade do crioulo em todas as suas formas de expressão. Por fim, as demais línguas nacionais também precisam ser respeitadas como formas identitárias e culturais de seus povos, os quais devem ter seus direitos linguísticos garantidos pelo Estado. Dessa forma, linguisticamente falando, os guineenses terão possibilidade de exercer sua cidadania de forma democrática e usufruir de seus direitos linguísticos como precisa ser.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. 1999. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 15ªed. São Paulo: Editora Loyola.
- CARDOSO, S. A. **Geolinguística: tradição e modernidade.** São Paulo: Parábola, 2010.
- COUTO, H. H; EMBALÓ, F. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP.** Pápiá, v. 20, 2010
- EMBALÓ, F. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional.** *PAPIA*, nº18, 2008, p.101-107.
- LAGARES, X. C. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos.** 1. Ed. - São Paulo: Parábola, 2019.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para escrita: atividades de retestualização**—8.ed. —São Paulo: Cortez, 2007.
- MARIANI, B. S. C. Políticas de colonização lingüística. Letras, Santa Maria, RS, n.27, p. 73-82, 2003.
- MENDES, L.V. (Des)caminhos do sistema de ensino guineense: Avanços, recuos, e Perspectivas/ Leonel Vicente Mendes- Curitiba: CRV, 2019
- SANTANA, O.J; NEVES, F. B. M **As Variações Linguísticas e suas Implicações na Prática Docente.** *Millenium*, 48 (jan/jun). 2015. P. 75-93.
- SAPO. Guiné-Bissau. **Droga, fraude ou golpe de estado?** 27 outubro 2019. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/675439/guine-bissau-droga-fraude-ou-golpe-de-estado>- Acesso em: 02 fev 2020
- SCANTAMBURLO, L. **O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: o ensino bilingue português-crioulo guineense.** Tese de doutoramento em linguística especialidade de lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Faculdade de ciências sociais e humanas, Universidade nova de Lisboa. 2013.
- SEVERO, C. G. **“Política(s) linguística(s) e questões de poder.”** *Alfa*. São Paulo, v.57, n.2, 2013. p.451-473
- SILOM, D. A. **Considerações sobre a percepção da língua portuguesa e o preconceito linguístico em guiné-bissau.** Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira. 2019
- TIMBANE, A. A. **A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique.** Tese. 314f. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

TIMBANE, A. A; MANUEL, C. **O crioulo da guiné-bissau é uma língua de base portuguesa? Embate sobre os conceitos.** Revista de Letras JUÇARA, Caxias – Maranhão, v. 02, n. 02, p. 107 – 126, dez. 2018.